

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 B5.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO Nº 225/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

N° 34 /2018

CONTRATAÇÃO DO PERSONAGEM "JUCA BALA" PARA APRESENTAÇÃO DE STAND-UP COMEDY NA COMEMORAÇÃO AO DIA DOS PROFESSORES.

RECURSOS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06.02.123610010.2.016.3.3.90.39 (2085) FONTE 104





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Tele/fax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811

85.560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

SERVIÇO DE EXPEDIENTE/PROTOCOLO

REQUERIMENTO 2018/09/002940

(ano/mês/número do protocolo)

Assunto.....: SOLICITAÇÃO Subassunto: LICITAÇÃO Data Protoc: 11/09/18

Requerente: EDINA ACCORSI

Logradouro: Miguel Procópio Kurpel

Súmula:

Solicitação de inexigibilidade de licitação - Stand-up Comedy - Juca Bala.

Neste Termos, Pede Deferimento

Prefeitura Municipal de Chopinzinho, 11/09/2018

Assinatura do Requerente

Usuário do Protocolo: MILENE PERIN CORREIA





Município d

CNPJ 76.995.414/0001-50

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

85560-000

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 PARANÁ

DECRETO Nº 001/2018, DE 04 DE JANEIRO DE 2018

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados o Sr. Rubenei Meloto, CPF n° 749.571.559-68, RG n° 5.292.699-8/PR, como Presidente, o Sr. Jovani Martins, CPF nº 675.419.259-34, RG nº 5.704.372-5 e o Sr Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 -SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2018.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4° do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018, ficando revogado o Decreto nº 010/2017, de 02 de janeiro de 2017 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 04-DE JANEIRO DE 2018.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná DIOEMS

EDICÃO Nº 45





MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR Secretaria de Educação e Cultura

Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel - 85.560-000 Chopinzinho - Paraná

SOLICITAÇÃO

SENHOR PREFEITO: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, vem perante Vossa Excelência solicitar parecer para processo licitatório, na modalidade que couber, para contratação de personagem para apresentação de Stand-up Comedy na comemoração ao dia dos professores no Município de Chopinzinho/PR, conforme termo de referência em anexo.

Chopinzinho, 06 de setembro de 2018.

Édina Accorsi

Secretária de Educação, Cultura e Esporte



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR

Secretaria de Educação e Cultura

Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel - 85.560-000 Chopinzinho - Paraná

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços de Stand-up.

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	Apresent ação	Contratação do personagem Juca Bala, do humorista Anderson Magatão, para realização de Stand-up Comedy para o evento que será realizado no dia 15 de outubro de 2018 em comemoração ao dia dos professores, as 20h:30min, com duração de aproximadamente 90 minutos, no centro comunitário São Francisco de Assis, em parceria com a pastoral da educação.	5.300,00	5.300,00
VALOR DE PESQUISA DE MERCADO R\$			5.30	0,00	

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Buscando-se a valorização de nossos educadores, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte pretende a realização de evento, em parceria com a pastoral da educação, para comemoração do dia dos professores, envolvendo professores e funcionários do Município, a fim de reconhecer a importância dos profissionais para o dia-a-dia das escolas e formação das crianças e jovens.
- 2.2. Observe-se que no ano de 2017 a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná UNICENTRO, realizou um evento no qual teve a apresentação do humorista Juca Bala,



- o qual agradou muito ao público com sua performance, sendo no Município pela qualiidade de seus shows.
- 2.3. Ainda, conforme documenos em anexo, referido humorista atuou junto a outros entes, de forma que torna-se visível o desempenho satisfatório de sua atiividades junto a estes, tanto que, com relação ao Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR, houve nova contratação por Inexigibilidade de Licitação em razão da plausibilidade da atuação do artista
- 2.4. Nomais, por meio de tais documentos, comprova-se o valor cobrado pelo artista.
- 2.5. Assim, solicitamos parecer para realização de procedimento licitatório na modalidade de Inexigibilidade de Licitação para contratação do personagem Juca Bala para animação do evento de comemoração ao dia dos professores, com fundamento no artigo 25, III, da Lei n° 8.666/93.

3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de execução do Contrato será apenas no dia 15 de outubro de 2018, conforme descrição do objeto.

4. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **4.1.** Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
- 4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:
 - a) efetuar o pagamento ajustado;
 - b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;
- **4.3.** Constituem obrigações da CONTRATADA:
 - a) executar o contrato no prazo e forma ajustados;
 - b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
 - c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;

d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso tem a seguinte reclassificação:

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

06.02.123610010.2.016.3.3.90.39 (2085) F: 104

6. DO VALOR

6.1. Informa-se que a consulta de preços referente ao item do presente termo foi realizada pela servidora Roseli Scolari Lorenzi, CPF 726.992.809-68, RG 5.181.506-8, Oficial Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a Prestação dos serviços, após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

8. DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:
- **8.1.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e **fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- **8.2.** Destarte, terá como gestora a Sra. Édina Accorsi, CPF 053.271.259-55, RG 8.977.605-8, Secretária de Educação, Cultura e Esporte;
- **8.3.** Atuará como fiscal do contrato a Sra. Fernanda Patel, CPF 060.860.679-02, RG 8.833.364-0, Chefe de Gestão da Educação.

8.4. Como substituta da fiscal a Sra. Roseli Scolari Lorenzi, CPF 726.992.809-68, RG 5.181.506-8, Oficial Administrativo da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

9. DA INEXIGIBILIDADE

- **9.1.** Faz-se necessária a contratação de referido personagem em razão de sua expertise e profissionalismo, de forma que este possui reconhecimento social quanto a sua qualidade.
- 9.2. Ainda, tal pretensão tema como base o artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93, conforme segue:
 - **Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
 - III para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- **9.3.** Ainda, em seu §1°, dispõe sobre o que se considera como notória especialização profissional, ficando visível o enquadramente do personagem a ser contratado, conforme disposto:
 - § 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **10.1.** Aplicar-se-á ao contrato decorrente desta Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei n.º 8.666/1993 e as seguintes penalidades:
 - I <u>advertência escrita</u> quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - <u>advertência escrita com prazo para correção</u> - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias: a) multa dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero vírgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato; b) multa dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralisação injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa; c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias; d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves; e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993; f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

- IV suspensão temporária da prestação de serviços será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V <u>rescisão do contrato</u> este contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

VII - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

VIII - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

IX - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que ppossa prejudicar a execução do objeto contratado.

X - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

XI - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à rescisão, os artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

10.2. Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei n^{o} 8.666/1993.

10.3. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou, nesse prazo, encaminhá-lo para a apreciação e decisão da Autoridade Superior.

Chopinzinho, 05 de setembro de 2018.



Secretária de Educação, Cultura e Esporte





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de ISSQN e ICMS

VISCONDE DE TAUNAY, 950 - 84051900 - RONDA - PONTA GROSSA - PR

Núm. do RPS:

Série do RPS:

Tipo do RPS:

Emissão RPS:

Número:

NFS-e Nota Fiscal de

Serviços Eletrônica

Dt. Emissão: Autenticidade: 11/09/2018 827192334

Insc. Estadual:

CONSULTE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ACESSANDO O SITE: http://tributos.pontagrossa.pr.gov.br

DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal: 00080641

CNPJ/CPF: 12.165.842/0001-82 Regime Fiscal: SIMPLES NACIONAL

Nome/Razão Social: T. ENTRETENIMENTO LTDA

Nome Fantasia:

Endereço:

AVENIDA ANA RITA, 412 - UVARANAS

Município/UF: PONTA GROSSA-PR

CEP: 84.026-000

Fone/Fax: (42) 3301-9979 E-Mail: leandro@radiot.com.br

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal:

CNPJ/CPF:

10.549.479/0001-73

Insc. Estadual: 9072519504

Nome/Razão Social: ORO AGRI BRASIL PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA Endereço: RODVIA PARANÁ KM 218, S/N, SAIDA PARA ARAPONGAS - BLOCO A

Município/UF: ARAPONGAS-PR

CEP: 80.000-000

Fone/Fax:

(43) 9977-6510

E-Mail:

DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03:

1201 ESPETACULOS TEATRAIS.

CNAE:

9001901

Competência:

Local da Prestação do Serviço:

Situação da NFS-e:

Natureza da Operação:

NÃO EXIGÍVEL

9/2018

CORNELIO PROCOPIO-PR

EMITIDA

DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

APRESENTAÇÃO COM O HUMORISTA JUCA BALA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2018

ITENS DO SERVIÇO

(Tributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
(SIM	JUCA BALA	1,00	5.000,00000	0,00	5.000,00

TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Aliquota	Valor	Retido
ISSQN	2,00000	100,00000	Não
PIS	0,17000	8,62000	Não
COFINS	0,80000	39,76000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,85000	42,30000	Não
CSLL	0,68000	34,20000	Não
CPP	0,00000	0,00000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

Base de Cálculo do ISSQN: Valor Total Descontos: 5.000,00 0.00

Valor Total das Deduções: 0.00

Valor Liquido da NFS-e: 5.000,00

Valor Total da NFS-e:

5.000,00

NFS-E Nº

Recebemos de T. ENTRETENIMENTO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico.

197

Assinatura:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de ISSQN e ICMS

VISCONDE DE TAUNAY, 950 - 84051900 - RONDA - PONTA GROSSA - PR

Núm. do RPS:

Série do RPS:

Tipo do RPS:

Emissão RPS:

NFS-e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Número:

190

Dt. Emissão: Autenticidade: 23/07/2018 912272644

Insc. Estadual:

CONSULTE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ACESSANDO O SITE: http://tributos.pontagrossa.pr.gov.br

DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

entretenimento

Insc. Municipal: 00080641

CNPJ/CPF: 12.165.842/0001-82 Regime Fiscal: SIMPLES NACIONAL

Nome/Razão Social: T. ENTRETENIMENTO LTDA

Nome Fantasia:

Endereço:

AVENIDA ANA RITA, 412 - UVARANAS

Município/UF: PONTA GROSSA-PR

CEP: 84.026-000

E-Mail: leandro@radiot.com.br Fone/Fax: (42) 3301-9979

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal:

CNPJ/CPF:

95.719.472/0001-05

Insc. Estadual:

Nome/Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO

(45) 3282-1355

Endereço: RUA AVENIDA WILLY BARTH, 289 - Centro

Município/UF: PATO BRAGADO-PR

CEP: 85.948-000

Fone/Fax:

DEFINIÇÃO DO SERVIÇO Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03: E-Mail:

CNAE:

1201 ESPETACULOS TEATRAIS.

9001901

Competência:

Local da Prestação do Serviço:

Situação da NFS-e:

Natureza da Operação:

NÃO EXIGÍVEL

7/2018

PATO BRAGADO-PR

EMITIDA

DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Show com o humorista Juca Bala no dia 14.07.2018 - Empenho N 5535/2018 - Contrato N 2018111/2018

ITENS DO SERVICO

THE REAL PROPERTY.						
T	ributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
	SIM	JUCA BALA	1,00	5.000,00000	0,00	5.000,00

TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Alíquota	Valor	Retido
ISSQN	2,01000	100,50000	Não
PIS	0,17000	8,34000	Não
COFINS	0,77000	38,46000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,24000	12,00000	Não
CSLL	0,21000	10,50000	Não
CPP	2,60000	130,20000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

Valor Liquido da NFS-e: Valor Total da NFS-e: Base de Cálculo do ISSQN: Valor Total Descontos: Valor Total das Deduções: 5.000,00 5.000,00 5.000,00

NFS-E Nº

Recebemos de T. ENTRETENIMENTO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico.

190

Assinatura:





MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de ISSQN e ICMS VISCONDE DE TAUNAY, 950 - 84051900 - RONDA - PONTA GROSSA - PR

Núm. do RPS:

Série do RPS:

Tipo do RPS:

Emissão RPS:

Serviços Eletrônica

NFS-e Nota Fiscal de

Número:

192

Dt. Emissão: Autenticidade:

09/08/2018 948913834

Insc. Estadual:

CONSULTE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ACESSANDO O SITE: http://tributos.pontagrossa.pr.gov.br

DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

entretenimento

Insc. Municipal: 00080641

CNPJ/CPF: 12.165.842/0001-82 Regime Fiscal: SIMPLES NACIONAL

Nome/Razão Social: T. ENTRETENIMENTO LTDA

Nome Fantasia:

Endereço:

AVENIDA ANA RITA, 412 - UVARANAS

Município/UF: PONTA GROSSA-PR

Fone/Fax: (42) 3301-9979 E-Mail: leandro@radiot.com.br

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal:

CNPJ/CPF:

04.663.561/0001-21

Insc. Estadual:

Nome/Razão Social: Cooperativa de crédito rural com interação solidária de virmond

Endereço: Rua Duque de Caxias, SN - Centro

Município/UF: VIRMOND-PR

Fone/Fax:

E-Mail:

CEP: 85.390-000

CEP: 84.026-000

DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03:

1201 ESPETACULOS TEATRAIS.

CNAE:

9001901

Competência:

Local da Prestação do Serviço:

Situação da NFS-e:

Natureza da Operação:

NÃO EXIGÍVEL

8/2018

VIRMOND-PR

EMITIDA

DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Apresentação com o humorista Juca Bala

ITENS DO SERVIÇO

Tributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
SIM	Juca Bala	1,00	6.500,00000	0,00	6.500.00

TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Aliquota	Valor	Retido
ISSQN	2,01000	130,65000	Não
PIS	0,17000	10,84000	Não
COFINS	0,77000	50,00000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,24000	15,60000	Não
CSLL	0,21000	13,65000	Não
CPP	2,60000	169,26000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

Base de Cálculo do ISSQN: Valor Total Descontos: Valor Total das Deduções: Valor Liquido da NFS-e: Valor Total da NFS-e: 6.500,00 0.00 6.500,00 6.500,00

NFS-E Nº

Recebemos de T. ENTRETENIMENTO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico.

192

Assinatura:



ESTADO DO PARANÁ

Contrato Administrativo Nº 0172/2018

Pelo presente Contrato Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM – PR, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob número 01.607.627/0001-78, estabelecida no a Rua Laurindo Cordeiro de Souza - 184, nesta cidade, neste ato representada pela Sra. **Mari Terezinha da Silva**, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado **T ENTRETENIMENTO LTDA ME**, inscrita CNPJ sob nº 12.165.842/0001-82, situada a AV ANA RITA , 412 - CEP: 84026000 - BAIRRO: UVARANAS, Ponta Grossa/PR; neste ato representada por PAULO VITOR MENDES MARTINS, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 108.435.049-19, residente e domiciliado(a) à AV. ANA RITA, 412 - CEP: 84026000 - BAIRRO: UVARANAS, Ponta Grossa/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Por disposição do presente contrato administrativo, tem-se como objeto Contratação de apresentação artística com o humorista Juca Bala para evento Festa do Agricultor.

O valor da contratação é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), daqui por diante denominado valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E TIPO DE CONTRATO

2.1. A empresa contratada deverá prestar os serviço apresentação na data de 28 de julho de 2018, conforme acordado com a secretaria requisitante, data esta que acontecerá a Festa do Agricultor no município. A apresentação acontecerá no Centro de Eventos do município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. O valor estipulado neste contrato é de R\$ 6.500,00 (Seis Mil e Quinhentos Reais).
- **3.2.** O pagamento será efetuado após a realização dos serviços/entrega dos materiais, em até 30 dias da data de emissão da Nota Fiscal, através de transferência bancária TED ou DOC em conta corrente, em nome do Licitante.
- 3.3. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com os dados técnicos dos serviços prestados discriminado.
- **3.4.** O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovado a cada vencimento.
- **3.5.** O pagamento será efetuado após vistoria pelo município, com apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de Goioxim.
- **3.6.** O objeto deverá ser rigorosamente, aquele descrito na nota de empenho, sendo que, na hipótese de entrega de servico/material diverso, o pagamento ficará suspenso até a respectiva regularização.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO / VIGÊNCIA

- **4.1.** O prazo de vigência deste contrato é de 90 dias (Noventa dias) a partir da assinatura do mesmo. Podendo ser prorrogado conforme determina Lei 8.666/93.
- **4.2.** Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA QUINTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTARIOS

- **5.1.** Os recursos financeiros para cumprimento desta Licitação, originam-se do Tesouro Municipal e de convênios firmados com Órgãos Governamentais.
- 5.2. Os recursos orçamentários correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento Geral do Município.

DOTAÇÕES				
Conta da	Funcional programática	Fonte de	Natureza da despesa	Grupo da fonte





ESTADO DO PARANÁ

despesa		recurso		
2070	09.001.20.605.0010.2063	0	3.3.90.39.00.00	
			3.3.90.39.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. A fiscalização do objeto da presente licitação será exercida pela Secretaria solicitante do objeto deste contrato, nos termos do artigo 67 da Lei de Licitações, sendo que para responsabilidade administrativa ficam designados os servidores constantes na Cláusula (12ª) Décima Segunda deste contrato.
- 6.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, seja por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de inferior qualidade, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o artigo 70, da Lei 8.666/93.
- 6.3. A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à Prefeitura Municipal e terceiros, por ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente licitação, isentando a Prefeitura Municipal de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

- 7.1. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas previamente.
- 7.2. O atraso injustificado na execução deste contrato ou ainda na inexecução parcial, aplicar-se-á à Contratada a sanção correspondente a multa de 10% (dez) por cento sobre o valor contratual.
- 7.3. O valor da multa poderá ser descontado da garantia, se houver, ou dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, bem como cobrada judicialmente.
- 7.4. Suspensão do direito de licitar e contratar junto a Prefeitura, pelo prazo de até 02 (Dois) anos, na ocorrência em pleno direito do contrato, pela falência da contratada ou da rescisão administrativa do contrato por culpa da mesma.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS DE RESCISÃO

- 8.1. É deferido à Contratante o direito de rescisão do presente contrato, sempre que ocorrer os seguintes casos: 8.1.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº
- 8.2. A rescisão deste Contrato poderá ser:
 - a) Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
 - b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
 - c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 8.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla
- 8.4. Além das hipóteses de rescisão acima previstas, o Contrato será rescindido sempre que a CONTRATADA se conduzir

CLÁUSULA NONA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 9.1. O presente contrato administrativo, tem por embasamento legal as disposições do Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, sendo que, o Edital de Processo inexigibilidade 01/2018 o integra e o completa, obrigando as partes em todos os
- 9.2. Nos preceitos de direito público;
- 9.3. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado. Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro - Fone: (42) 3656-1002 (42) 3656-1108 CNPJ: 01.607.627/0001-78 - CEP: 85162-000 - Goioxim-PR

www.goioxim.pr.gov.br





ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A contratada obrigar-se-á:
- a) A cumprir todas as especificações a que se refere este contrato, de acordo estritamente com as especificações descritas na cláusula primeira.
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- c) Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do contrato.
- d) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato, inclusive se no caso couber despesas com locomoção, seguros de acidentes, impostos, fretes, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e outros.
- e) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado nas alíneas do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- f) Não transferir a outrem, total ou parcialmente, as responsabilidades a que está obrigada por este Contrato, nem subcontratar, sem prévio assentimento da Contratante.
- g) A contratada se responsabiliza pelo vício ou defeito oculto, que torne impróprio ao uso a que se destinam os serviços, ou lhe diminua o valor. Podendo a contratante optar pelo abatimento no preço ou rescindir o contrato a reaver o preço pago, devidamente corrigido, mais perdas e danos.
- h) A contratada deverá prestar os serviços, objeto desta licitação, conforme explicitado no anexo I deste edital.
- i) A contratada por ocasião do faturamento, deverá constar no corpo da Nota Fiscal, os seguintes dizeres:

Processo inexigibilidade 01/2018 Contrato nº 0172/2018

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **11.1.** A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.
- 11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 11.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 11.4. Providenciar os pagamentos à Contratada a vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1. Para exercer a responsabilidade administrativa pela fiscalização do objeto do presente contrato, fica o seguinte servidor: Tiago Malaver — Servidor Efetivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- **13.1.** O Extrato Contratual contendo os dados essenciais do presente instrumento será publicado no órgão oficial do Município, no prazo estipulado na Lei Federal n.º 8.666/93.
- 13.2. Havendo necessidade ou de comum acordo em as partes, o prazo deste contrato poderá ser prorrogado, para melhor atender a sua finalidade, desde que não ultrapasse o prazo estabelecido na Lei de Licitações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO





ESTADO DO PARANÁ

14.1. Elegem as partes, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de CANTAGALO/PR para dirimir qualquer dúvida ou questão do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Goioxim, 19/07/2018.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE GOIOXIM Mari Terezinha da Silva Prefeita Municipal

CONTRATADO T ENTRETENIMENTO LTDA ME CNPJ 12.165.842/0001-82 PAULO VITOR MENDES MARTINS

restemunhas:	
NOME:	NOME:
ASSINATURA:	RG: ASSINATURA:



Ao município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.

Orçamento

Orçamento para apresentação artística do humorista JUCA BALA.

- 1(uma) apresentação de aproximadamente 90 minutos do humorista Juca Bala, no dia 28 de outubro de 2015 no município Cruzeiro do Iguaçu -- PR, às 10 horas.

Necessidades mínimas para que o show seja realizado:

- Som, com potência suficiente ao tamanho do evento, um microfone sem fio, uma entrada na mesa de som para microfone auricular, um direct-box no palco para o violão e uma tomada 127 volts.

Custo da apresentação: R\$ 6.000,00 (sels mil reais)
Forma de pagamento: A vista, até 10 dias após o evento.
Este orçamento tem validade de 15 dias.

Ponta Grossa 09 de outubro de 2015.

T-Entretenimento LTDA Leandro M. Martins

12.165.842/0001-82

T ENTRETENIMENTO LTDA

Av. Ana Rita, 412 - Uvaranas

CEP 84026-000 - Ponta Grossa - PR





PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº - 020/2015

DATA - 23 de outubro de 2015.

OBJETO: contratação de apresentação artística com o humorista Juca Bala em comemoração ao dia do funcionário publico.

VALOR CONTRATADO - Valor de R\$:6.000,00 (seis mil reais).

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta dispensa correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

12 - Secretaria Municipal de assistência social

005 - Fundo Municipal de assistência social

08.244.0017.2058 - proteção social Básica

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

03.00 - Secretaria Municipal da Administração;

03.01 - Gabinete do Secretário;

04.122.00032-2008 Desenvolvimento das Ações Administrativa;

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 25, II, combinado com o que dispõe o inciso III, artigo 13, da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: T ENTRETENIMENTO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha recaiu sobre o humorista Juca bala, cuja contratação se formalizará através de empresário exclusivo, bem como porque restaram cumpridas todas as condições fincadas no art. 25, inciso III, da Lei de Licitações, e por preenchidas as condições de habilitação, e, principalmente por ser o humorista consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública.

FORMA DE PAGAMENTO: 15 dias após emissão da nota fiscal.

VIGÊNCIA: 31/12/2015

Eparson Fernando Macagnan

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças





ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 020/2015

Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 020/2015, de 23 de outubro de 2015, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, o Luiz Alberi Kastener Pontes, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei nº 8.666/93, artigo 25.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de Dezembro de 2015.

VALOR CONTRATADO - Valor de R\$:6.000,00 (seis mil reais).

OBJETO: contratação de apresentação artística com o humorista Juca Bala em comemoração ao dia do funcionário publico.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 25, II, combinado com o que dispõe o inciso III, artigo 13, da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: T ENTRETENIMENTO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

Cruzeiro do Iguari, #3 de outubro de 2015.

Luiz Alberi Kastener Pontes

Prefeito



EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO 020/2015

ESPÉCIE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PARTES:

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR

T ENTRETENIMENTO LTDA.

OBJETO:

contratação de apresentação artística com o humorista Juca Bala em

comemoração ao dia do funcionário publico.

VALOR TOTAL:

Valor de R\$:6.000,00 (seis mil reais).

RECONHECIMENTO 23 de outubro de 2015, por Enirson Fernando Macagnan, Secretário

Municipal de Finanças.

FUNDAMENTO

LEGAL:

Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 25, II,

combinado com o que dispõe o inciso III, artigo 13, da Lei Federal

8.666/93.

DOTAÇÃO:

12 - Secretaria Municipal de assistência social 005 - Fundo Municipal de assistência social

08.244.0017.2058 - proteção social Básica

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

03.00 - Secretaria Municipal da Administração;

03.01 - Gabinete do Secretário;

04.122.00032-2008 Desenvolvimento das Ações Administrativa; 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Cruzeiro do Iguaçu, 23 de outubro de 2015.

ndo Macagnan Presidente da Comissão





ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO Nº. 059/2015 De 07 de julho de 2015



CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E A EMPRESA T ENTRETENIMENTO LTDA, CONFORME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 009/2015

Por este instrumento particular que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO CANDÓI, CNPJ nº. 95.684.478/0001-94, com endereço na Avenida XV de Novembro, 1761, Centro, Candói - PR, neste ato representado pelo Prefeito Senhor GELSON KRUK DA COSTA, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Candól — PR, inscritó no CPF sob o nº. 028.115.829-08, e no RG sob o nº. 7.043.389-3 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa T - ENTRETENIMENTO LTDA, sito a Av. Ana Rita, nº 412, Vila Coronel Claudio, Bairro Uvaranas, município de Ponta Grossa, estado do Paraná, CEP 84.026-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.165.842/0001-82, neste ato representado por seu procurador Sr. Leándro Mendes Martins, brasileiro, solteiro, maior, radialista, residente e domiciliado à Rua Paranavaí, nº 320, Vila Marina, bairro Uvaranas, município de Ponta Grossa, estado do Paraná, Cep 84.026-000, portador da cédula de identidade sob o nº 9.444.996-4 SSP/PR e inscrita no CPF sob o nº. 056.506.579-39, doravante denominada Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, assim como pelas condições da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 009/2015, bem como nos termos da proposta apresentada pela Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

DO OBJETO DO CONTRATO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (ART. 55, I, LEI 8 666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA: Contratação de empresa para realização de serviços artísticos sendo execução de show com os humoristas "JUCA BALA & JAURI GOMES" no dia 30 de agosto de 2015, na Arena de Rodeio Country, no Centro de eventos Antônio Loures Alves em virtude do acontecimento da XV Festa Nacional do Charque.

DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO (ART. 55, II, LEI 8,666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA executará o presente contrato de forma direta, contratando os profissionais que se fizerem necessário para o bom e fiel presente contrato, responsabilidade, obedecendo rigorosamente à especificação idêntica ao discriminado nas clausulas deste contrato.

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001(94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - Cep: 85.140-000 - Cx. Postal 041 Fone (42) 3638-8000 - E-Mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br









PARÁGRAFO PRIMEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 55, III, LEI 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser alterado nos termos do Art. 65, da lei 8666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado pelo Município em CONTA BANCÁRIA, no dia 11 e 25 de cada mês, após a realização do Show, mediante apresentação de nota fiscal com antecedência mínima de 05 dias ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, em conta bancária informada pela empresa, mediante apresentação de nota fiscal, verificada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços do Município de Candói, nomeados pela Portaria 268/2015.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA (Art. 55, IV, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA: O contrato entra em vigor na data de 07 de julho de 2015 e vigorará até a data de 06 de outubro de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado nos termos do Art.57, §§ 1º e 2º da Lei 8666/93.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 55, V, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA: As despesas decorrentes deste contrato terão como suporte a

DOTAÇÕES		- suporte a
Exercício da desp	esa Conta da despe	esa Filipassa a
2015	3050	06 006 13 392 0013 000 10
r	The manual and	10.392.0013.02049 0

DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS (ART. 55, VII, LEI 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA: São obrigações da CONTRATADA:

 I – Prestar o serviço objeto do presente contrato conforme especificação II - Realizar o spow na data e horário estipulado;

www.candoi.pr.gov.br CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

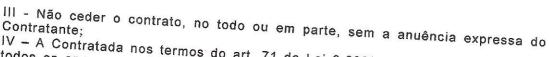
Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - Cep: 85.140-000 - Cx. Postal 041 Fone (42) 3638-8000 - E-Mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br







ESTADO DO PARANÁ



IV - A Contratada nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93, se responsabiliza por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

V - Todas as obrigações e despesas com materiais, impostos, encargos sociais, trabalhistas, securitários, previdenciários, passados, presentes e futuros, na forma de legislação em vigor, relativos aos seus empregados que utilizar na execução do objeto deste Contrato, bem como com quaisquer ações trabalhistas e/ou ações civeis promovidas por estes empregados que porventura possam surgir durante a vigência deste contrato ou após a rescisão do mesmo, não poderá em hipótese alguma, ser o MUNICÍPIO por elas responsabilizadas.

VI - Comparecer e participar do evento público promovido pela CONTRATANTE, no dia 30 de agosto de 2015 fazendo-se acompanhar da respectiva equipe, para oferecer durante o período de 01h:30min (uma hora e trinta minutos) com início às 18:00 horas, uma apresentação artística com os humoristas JUCA BALA & JAURI GOMES, satisfeitas e cumpridas todas as condições e cláusulas aqui pré-

VII - A apresentação do Show deverá ser exclusivamente realizada pelos artistas contratados, não sendo admitido a sua substituição por outrem em hipótese

VIII - Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste instrumento Contratual, colaborando em tudo que se fizer necessário para que a CONTRATANTE alcance os objetivos propostos, com pleno súcesso do evento

IX- Comunicar previamente, salvo motivo de força maior, qualquer fato ou causa impeditiva ou que obste o comparecimento e a participação no evento, do artista contratado neste instrumento, adotando providências imediatas para suprir este

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações da CONTRATANTE:

I - Realizar o pagamento do Contrato de acordo com o valor e forma de

II – Acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, e sendo necessário determinar todas as correções que forem necessárias e compatíveis com o objeto

III - O CONTRATANTE fica comprometido a informar com antecedência ao CONTRATADO de todas e quaisquer alterações na data e local especificados na

IV- O CONTRATANTE fica isento de qualquer sinistro/danos que possa vir a ocorrer para com os equipamentos/instrumentos do CONTRATADO.

V - Contratar, às suas expensas, empresa de Áudio e Iluminação e providenciar a instalação desses equipamentos para o espetáculo.

VI – As despesas referentes a hotel, alimentação, transporte e outras despesas necessárias para realização do Show ficarão por conta da CONTRATADA.

www.candoi.pr.gowbi

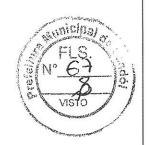
CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - Cep: 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone (42) 3638-8000 - E-Mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br









ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA OITAVA: A inadimplência das obrigações contratuais assumidas ensejará a rescisão antecipada do contrato, bem como sujeitará o infrator ao pagamento da multa contratual de 10% (dez por cento) do valor global do contratado.

Dos Casos de Rescisão e do Reconhecimento dos Direitos da Administração (ART, 55, VIII E IX, Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA: A rescisão do presente contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. 79, Il da Lei nº 8.666/93, ou judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem às hipóteses do art. 77 e 78 da Lei nº.

DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO (LEI 10.520/2002, LEI 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente contrato faz parte do processo de Inexigibilidade de licitação 009/2015, em conformidade com a Lei Federal a Lei 8666/93.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (ART. 55, XII, LEI 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais

DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA (ART. 55, XIII, LEI 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela contratante.

Do Foro (ART. 55, § 2°, LEI 8.666/93)

WWW.candoi.pr.gov.br CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - Cep: 85.140-000 - Cx. Postal 041 Fone (42) 3638-8000 - E-Mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br

0





ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste instrumento, cuja execução, interpretação e solução, inclusive dos casos omissos, serão patrocinadas pelas normas gerais de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato de serviços profissionals em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para os fins de direito, submissos às regras estatuídas pela Lei 8.666/93 e aos termos do ato que autorizou a contratação.

CNPJ Nº

Contratante

GELSON KRUK DA COSTA CPF 928.1 5.829-08 eito Municipal

Contratada

Candói/PR, 07 de julho de 2015.

VALDECTE ANTONIO DA SILVA CPF 956.713.159-72 Secretário de Administração

- ENTRETENIMENTO LTDA

165.842/0001-82

Testemunhas:

Lucimara Pinheiro da Silva CPF: 059.859.129-06

Ronalde de Matos

CPF: 065 457.899-02

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - Cep: 85.140-000 - Cx. Postal 041 Fone (42) 3638-8000 - E-Mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



Extrato





CONTRATO 059/2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2015

Contratado
T - ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ Nº. 12.165.842/0001-82

Objeto:

Contratação de empresa para realização de serviços artísticos sendo execução de show com os humoristas **JUCA BALA & JAURI GOMES** no dia 30 de agosto de 2015, na Arena de Rodeio Country, no Centro de eventos Antônio Loures Alves em virtude do acontecimento da XV Festa Nacional do Charque

Valor Contratual
R\$ 7.000,00 (sete mil/reals)

Vigência:
07/07/2015 a 06/10/2015/

Foro:
Comarca de Guanapuava Parana

Candói/PR, 07/de julho de 2015

GELSON RBUK DA COSTA
Prefeito Municipal

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - Cep: 85.140-000 - Cx. Postal 041 Fone (42) 3638-8000 - E-Mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº - 028/2016

DATA – 12 de setembro de 2016.

OBJETO: Apresentação com artística com humorista JUCA BALA de aproximadamente 90 minutos no dia 06 de outubro as 14:00 horas no Clube do Idoso de Cruzeiro do Iguaçu em comemoração ao Dia do Idoso As despesas com deslocamento e outras que venham a surgir ficam por conta do contratado.

VALOR CONTRATADO - Valor de R\$:5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta dispensa correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

12 - Secretaria Municipal de assistência social

005 - Fundo Municipal de assistência social

08.244.0017.2058 - proteção social Básica

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 25, II, combinado com o que dispõe o inciso III, artigo 13, da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: T ENTRETENIMENTO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha recaiu sobre o humorista Juca bala, cuja contratação se formalizará através de empresário exclusivo, bem como porque restaram cumpridas todas as condições fincadas no art. 25, inciso III, da Lei de Licitações, e por preenchidas as condições de habilitação, e, principalmente por ser o humorista consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública.

FORMA DE PAGAMENTO: 15 dias após emissão da nota fiscal.

VIGÊNCIA: 31/12/2016

Enirson Fernando Macagnan Secretário Municipal de Planejamento e Finanças





ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 028/2016

Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 028/2016, de 12 de setembro de 2016, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, o Luiz Alberi Kastener Pontes, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei nº 8.666/93, artigo 25.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de Dezembro de 2016.

VALOR CONTRATADO - Valor de R\$:5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

OBJETO: Apresentação com artística com humorista JUCA BALA de aproximadamente 90 minutos no dia 06 de outubro as 14:00 horas no Clube do Idoso de Cruzeiro do Iguaçu em comemoração ao Dia do Idoso As despesas com deslocamento e outras que venham a surgir ficam por conta do contratado.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 25, II, combinado com o que dispõe o inciso III, artigo 13, da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: T ENTRETENIMENTO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

Cruzeiro do Iguaçu, 12 de setembro de 2016.

Luiz Alberi Kastener Pontes Prefeito



EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO 028/2016

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
PARTES:	MINICIPIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
TARIES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR			
	T ENTRETENIMENTO LTDA.			
OBJETO:	Apresentação com artística com humorista JUCA BALA de			
	aproximadamente 90 minutos no dia 06 de outubro as 14:00 horas no			
	Clube do Idoso de Cruzeiro do Iguaçu em comemoração ao Dia do Idoso			
	As despesas com deslocamento e outras que venham a surgir ficam por			
	conta do contratado.			
VALOR TOTAL:	Valor de R\$:5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).			
RECONHECIMENTO	12 de setembro de 2016, por Enirson Fernando Macagnan, Secretário			
	Municipal de Finanças.			
FUNDAMENTO	Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 25, II,			
LEGAL:	combinado com o que dispõe o inciso III, artigo 13, da Lei Federal			
	8.666/93.			
DOTAÇÃO:	12 - Secretaria Municipal de assistência social			
	005 - Fundo Municipal de assistência social			
	08.244.0017.2058 - proteção social Básica			
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			

Cruzeiro do Iguaçu, 12 de setembro de 2016.

Enirson Fernando Macagnan Secretário Municipal de Planejamento e Finanças





HOMOLOGO E ADJUDICO INEXIGIBILIDADE Nº 028/2016

Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Licitações, referente ao Processo de Inexigibilidade nº **028/2016**, em favor da T ENTRETENIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.165.842/0001-82, com o Valor de R\$:5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Cruzeiro do Iguaçu, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis.

Luiz Alberi Kastener Pontes Prefeito



MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR

Secretaria de Educação e Cultura

Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel - 85.560-000 Chopinzinho - Paraná

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 06/09/2018

ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO

DESTINO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

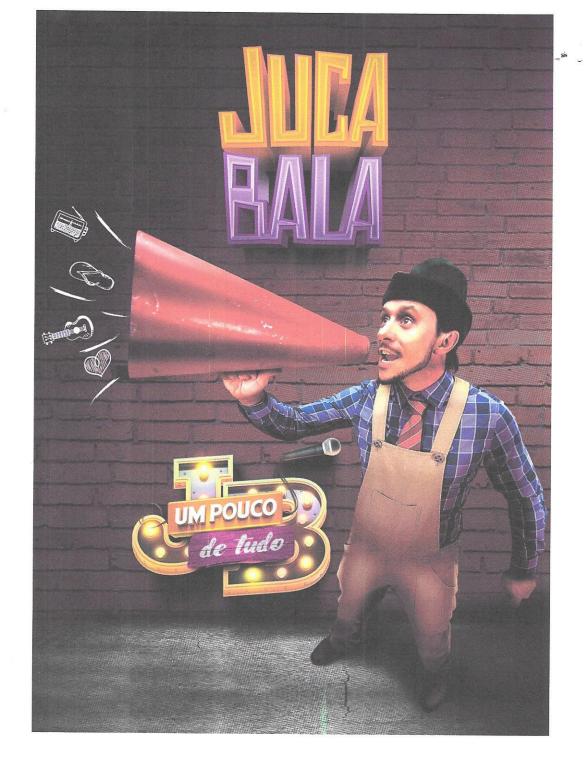
REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO DE PERSONAGEM PARA ANIMAÇÃO NA COMEMORAÇÃO AO DIA DOS PROFESSORES.

VALOR R\$: 5.300,00

Recebido a solicitação para contratação de personagem para apresentação de Stand-up Comedy na comemoração ao dia dos professores no Município de Chopinzinho/PR, conforme documentação anexa, protocolada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, sob nº2940, autorizo a abertura de processo licitatório por meio Inexigibilidade de licitação.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro

Prefeito









Orçamento Stand-up Comedy Juca Bala

Cidade: Chopinzinho - PR Data: 15 de outubro de 2018

Horário: 20:30

Duração da apresentação de aproximadamente 90 minutos podendo se adaptar para menos conforme necessidade do cliente.

A Cargo do Contratante:

- · Sistema de Som.
- P.A condizente com o espaço e publico do evento.
- 2 Monitores (Spot) bem no centro do palco.
 3 Entradas balanceadas direto na mesa ou multi-cabo no palco.
 1 Microfone sem fio (De preferencia SHURE ou SENNHEISER)
- 1 Pedestal para apoio de microfone sem fio.

Custo da apresentação: R\$5300,00 (Cinco mil e trezentos reais)

- Os valores com transporte já estão inclusos neste orçamento.
- Forma de pagamento: Em parcela única até 15 dias após a apresentação. Orçamento e reserva validos por 15 dias.
- Este orçamento se refere a uma única apresentação de no máximo 90 minutos.





ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 76.995.414/0001

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811

85.560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 05/09/2018

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES/COMISSÃO PERMANENTE

DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA PROCESSO DE

CONTRATAÇÃO PARA EVENTO DIA DO PROFESSOR.

VALOR R\$: R\$ 5.300,00

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos as dotações orçamentárias para o ano vigente conforme Lei nº 3.677/2017 - LOA.

> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 06.02.123610010.2.016.3.3.90.39 (2085) F: 104

Atenciosamente,

RODRIGO JAZY Contabilidade

TEIRO CENCI LUCIANI' Finanças



ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procopio Kurpel, nº 3811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ



CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 20/09/2018

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESTINO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES / DIVISÃO DE

LICITAÇÕES E CONTRATOS.

REFERÊNCIA: PARECER ACERCA DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PARA CONTRATAÇÃO DO PERSONAGEM "JUCA BALA" PARA APRESENTAÇÃO DE STAND-UP COMEDY NA COMEMORAÇÃO AO DIA DOS PROFESSORES..

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para a Contratação do Personagem "Juca Bala" para Apresentação de Stand-Up Comedy na Comemoração ao Dia dos Professores, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, entendemos ser perfeitamente viável a referida Contratação, e somos de parecer favorável que mesma seja realizada via Modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Atenciosamente.

RubeneiMeloto

Presidente da Comissão Permanente de Licitações





ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o nº 2940/2018 e considerando a média de preços de mercado, objeto da presente, autorizo firmar contrato de Serviços, através de Processo de Inexigibilidade de Licitação, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

06.02.123610010.2.016.3.3.90.39 (2085) FONTE 104

Por outro lado o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n. 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Licitação e Contrato, nos termos da Lei n. 8.666/93.

Chopinzinho, 20 de setembro de 2018.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

edneavedanereae ed overea

A ME

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA

LEANDRO MENDES MARTINS, brasileiro, maior, solteiro, nascido em data de 20/10/1985, natural de Ponta Grossa/PR, empresário, portador do RG 9.441.996-4 SSP-PR e CPF 056.506.579-39, residente e domiciliado na cidade de Ponta Grossa - PR, na Av. Ana Rita, 412, Uvaranas, CEP 84026-000; SIUSI APARECIDA MARTINS, brasileira, maior, divorciada, nascida em data de 06/03/1962, natural de Ponta Grossa/PR, empresária, portadora do RG 3.122.949-9 SSP-PR e CPF 441.805.279-87, residente e domiciliada na cidade de Ponta Grossa - PR, na Rua Visconde do Rio Branco, 125, apartamento 22, Olarias, CEP 84035-270 e MARTON AVILA TEZELLI, brasileiro, maior, solteiro, empresário, nascido em data de 09/04/1983, natural de Campo Mourão/PR, portador da CNH 02137462928 DETRAN/PR e CPF 035.978.279-50, residente e domiciliado na cidade de Campo Mourão - PR, na Av. Imos Pereira, apartamento 04, Centro, CEP 87300-000; constituem uma sociedade limitada, mediante as clausulas seguintes:

- 1ª. A sociedade, constituída sob a forma de sociedade limitada, adotará o nome empresarial de MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA, será regida pôr este Contrato Social, pelos artigos da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, aplicáveis as sociedades limitadas, bem como, de forma supletiva, e no que for aplicável, pela Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976 e demais dispositivos legais pertinentes a matéria, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa PR, na Av. Ana Rita, 412, Uvaranas, CEP 84026-000;
- 2ª. O capital social será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente do país, da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Capital	
Leandro Mendes Martins	3.700	R\$ 3.700,00	
Siusi Aparecida Martins	2.600	R\$ 2.600,00	
Marton Avila Tezelli	3.700	R\$ 3.700,00	
	10.000	R\$ 10.000,00	

(Art. 997, III, CC/2002) (Art. 1.055, CC/2002)

3ª. O objeto social será "Serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas".

l



uf



do Paraná Ta reco

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA

- 4ª. A sociedade iniciará suas atividades em 19/05/2010, e seu prazo de duração é indeterminado; (art. 997, II, CC/2002)
- 5ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente; (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002);
- 6ª. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social; (art. 1.052, CC/2002);
- 7ª. A administração da sociedade caberá ao sócio LEANDRO MENDES MARTINS, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial INDIVIDUALMENTE, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; (artigos 997, VI; 1.013. 1015, 1064, CC/2002);
- 8ª. Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventario do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1065, CC/2002);
- 9ª. Nos quatro meses seguidos ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso (art.1.071 e 1.072 § 2º art. 1.078, CC/2002);
- 10ª. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pôr todos os sócios;
- 11ª. Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a titulo de pró labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes;









探点

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA

12ª. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades combenedades combenedades, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado;

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002);

13ª. Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos, pôr lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé publica ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002);

14ª. Fica eleito o foro de Ponta Grossa - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados lavram, datam e assinam, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma que se obrigam por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos seus termos:

Ponta Grossa, 19 de maio de 2010

LEANDRO MENDES MARTINS

SIUSI APARECIDA MARTINS

aa) TEZELLI

CHS., TEZELLI & CIA LIDA PARANA

CHS. CARACA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/06/2010

SOB NUMERO: 41206793425

Protocolo: 10/583802-0, DE 26/05/2010

CHS., TEZELLI & CIA LIDBA

LUIZ CARLOS SÁLVARO

SECRETARIO GERAL

CUXIANGOMEXEVAR DO PARANÁ

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA ME CNPJ 12.165.842/0001-82

LEANDRO MENDES MARTINS, brasileiro, maior, solteiro, nascido em data de 20/10/1985, natural de Ponta Grossa/PR, empresário, portador do RG 9.441.996-4 SSP-PR e CPF 056.506.579-39, residente e domiciliado na cidade de Ponta Grossa - PR, na Av. Ana Rita, 412, Uvaranas, CEP 84026-000; SIUSI APARECIDA MARTINS, brasileira, maior, divorciada, nascida em data de 06/03/1962, natural de Ponta Grossa/PR, empresária, portadora do RG 3.122.949-9 SSP-PR e CPF 441.805.279-87, residente e domiciliada na cidade de Ponta Grossa - PR, na Rua Visconde do Rio Branco, 125, apartamento 22, Olarias, CEP 84035-270 e MARTON AVILA TEZELLI, brasileiro, maior, solteiro, empresário, nascido em data de 09/04/1983, natural de Campo Mourão/PR, portador da CNH 02137462928 DETRAN/PR e CPF 035.978.279-50, residente e domiciliado na cidade de Campo Mourão - PR, na Av. Imos Pereira, apartamento 04, Centro, CEP 87300-000; únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de "MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA ME", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa - PR, na Av. Ana Rita, 412, Uvaranas, CEP 84026-000; com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41206793425, em sessão do dia 17/06/2010, resolvem de comum acordo alterar os citados instrumentos conforme as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - Retira-se da sociedade o sócio MARTON AVILA TEZELLI, cedendo e transferindo por venda 3.700 (três mil e setecentas) quotas no valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) ao sócio LEANDRO MENDES MARTINS; tendo recebido em moeda corrente do país o valor correspondente as quotas ora vendidas, dando pela presente, plena e rasa irrevogável quitação, riada mais tendo a reclamar em qualquer outro tempo e lugar;







PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA ME CNPJ 12.165.842/0001-82



CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente do país, da seguinte forma:

SOCIOS	QUOTAS	CAPITAL	
Leandro Mendes Martins	7.400	R\$ 7.400,00	
Siusi Aparecida Martins	2.600	R\$ 2.600,00	
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00	

(Art. 997, III, CC/2002) (Art. 1.055, CC/2002)

CLAUSULA TERCEIRA – A razão social que era MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA ME, passa a ser "T - ENTRETENIMENTO LTDA ME";

CLAUSULA QUARTA - O objeto social que era "serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas"; passa a ser "Serviços de organização e promoção de feiras, congressos, exposições e festas. Serviços de organização, produção e promoção de eventos esportivos. Produção de evento teatral. Produções de eventos culturais, musicais e similares."

CLAUSULA QUINTA - Permanecem inalteradas as demais clausulas consolidadas que não colidirem com a presente alteração.





E por estarem assim justos e contratados lavram, datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma que se obrigam por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos seus termos.



PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA ME CNPJ 12.165.842/0001-82

JUNITAYCOMERCIAL DO PARANÁ

Ponta Grossa, 04 de agosto de 2011

aa)

LEANDRO MENDES MARTINS

aa)

SIUSI APARECIDA MARTINS

aa) MARTON AVILA TEZELLI

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE PONTA GROSSA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/08/2011
SOB NÚMERO: 20117080535
Protocolo: 11/708053-5, DE 08/08/2011

- ENTRETENIMENTO LTDA - ME

SEBASTIÃO MOTTA SECRETARIO GERAL



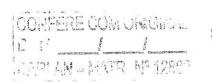
47

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL T - ENTRETENIMENTO LTDA ME CNPJ 12:165:842/0001-82



LEANDRO MENDES MARTINS, brasileiro, maior, solteiro, nascido em data de 20/10/1985, natural de Ponta Grossa/PR, empresário, portador do RG 9.441.996-4 SSP-PR e CPF 056.506.579-39, residente e domiciliado na cidade de Ponta Grossa - PR, na Av. Ana Rita, 412, Uvaranas, CEP 84026-000 e SIUSI APARECIDA MARTINS, brasileira, maior, divorciada, nascida em data de 06/03/1962, natural de Ponta Grossa/PR, empresária, portadora do RG 3.122.949-9 SSP-PR e CPF 441.805.279-87, residente e domiciliada na cidade de Ponta Grossa - PR, na Rua Visconde do Rio Branco, 125, apartamento 22, Olarias, CEP 84035-270; únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de "T - ENTRETENIMENTO LTDA ME", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa - PR, na Av. Ana Rita, 412, Uvaranas, CEP 84026-000; com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41206793425, em sessão do dia 17/06/2010, resolvem de comum acordo alterar os citados instrumentos conforme as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - Retira-se da sociedade LEANDRO MENDES MARTINS, cedendo e transferindo por venda 7.400 (sete mil e quatrocentas) quotas no valor de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), ao sócio ingressante PAULO VITOR MENDES MARTINS, brasileiro, solteiro, emancipado, nascido em data de 18/10/1997, natural de Camboriú/SC, empresário, portador do RG 13.208.159-0 SSP-PR e CPF 108.435.049-19, residente e domiciliado na cidade de Ponta Grossa - PR, na Av. Ana Rita, 412, Uvaranas, CEP 84026-000; tendo recebido em moeda corrente do país o valor correspondente às quotas ora vendidas, dando pela presente plena e rasa irrevogável quitação, nada mais tendo a reclamar em qualquer outro tempo e lugar. Retira-se da sociedade SIUSI APARECIDA MARTINS, cedendo e transferindo por venda 2.600 (duas mil e seiscentas) quotas no valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), ao sócio ingressante ANDERSON JORGE MAGATÃO, brasileiro, maior, solteiro, nascido em data de 11/09/1982, natural de Guarapuava/PR, empresário, portador do RG 7.543.026-4 SSP-PR e CPF 033.756.979-70, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava/PR, na Rua Coronel Saldanha, 3394, apartamento 304, Santa Cruz, CEP 85015-250; tendo recebido em moeda corrente do país o valor correspondente às quotas ora vendidas, dando pela presente plena e rasa irrevogável quitação, nada mais tendo a reclamar em qualquer outro tempo e lugar./



pye

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL T - ENTRETENIMENTO LTDA ME CNPJ 12.165.842/0001-82

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, integralizadas neste ato em moedas corrente do país, da seguinte forma:

SOCIOS	QUOTAS	CAPITAL
PAULO VITOR MENDES MARTINS	7.400	R\$ 7.400,00
ANDERSON JORGE MAGATÃO	2.600	R\$ 2.600,00
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00

(Art. 997, III, CC/2002) (Art. 1.055, CC/2002)

CLAUSULA TERCEIRA- A administração da Sociedade caberá ao sócio, PAULO VITOR MENDES MARTINS, cabendo-lhe todos os poderes necessários para individualmente administrar os negócios com a cláusula "ad negotia", observado o disposto neste instrumento, podendo ainda representar a Sociedade judicial ou extrajudicial, neste caso com a cláusula "ad judicia et extra", bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: O administrador da Sociedade declara-se nesta ocasião desimpedido de exercer a administração nos termos da legislação aplicável, não estando incurso em pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLAUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais clausulas que não colidirem com a presente alteração contratual.

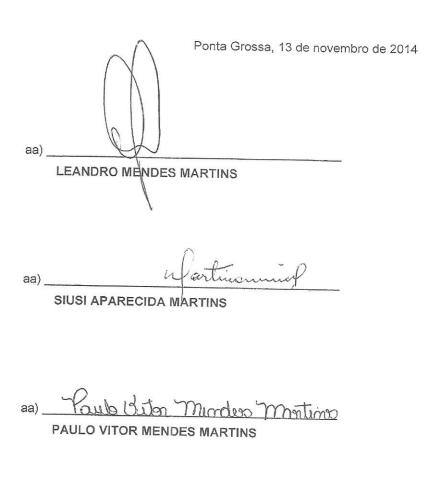
· for of op



SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL T - ENTRETENIMENTO LTDA ME CNPJ 12.165.842/0001-82



E por estarem assim justos e contratados lavram, datam e assinam o presente instrumento em tres vias de igual teor e forma que se obrigam por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos seus termos.



ANDERSON JORGE MAGATÃO



do uf





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.165.842/0001-82 MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA 17/06/2010

NOME EMPRESARIAL

T - ENTRETENIMENTO LTDA - ME

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

T - ENTRETENIMENTO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

90.01-9-01 - Produção teatral

90.01-9-02 - Produção musical

90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

LOGRADOURO

AV ANA RITA

CEP 84.026-000

UVARANAS

BAIRRO/DISTRITO

ENDEREÇO ELETRÔNICO

NÚMERO

COMPLEMENTO

412

MUNICÍPIO

PONTA GROSSA

TELEFONE

(42) 8407-9999

UF

PR

Página: 1/1

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

17/06/2010

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 06/02/2015 às 16:45:12 (data e hora de Brasília).

Voltar

Consulta QSA / Capital Social

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Folhas 061



1.º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE PONTA GROSSA -- ESTADO DO PARANA

DE PONTA GROSSA — ESTADO DO PARANA
Aramis de Melo Sá Junior
TITULAR — C. P. F. 756.329.509.72

Rua XV de Novembro,277 - Fone: 3224-2089 - 84010-020 - P. Grossa/PR

Ponta Grossa aparece na altura Dominando campanhas Natais Temos crença na Glória futura Da Princesa dos Campos Gerais

INSTALADO EM 19/05/1857

PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ **PAULO VITOR MENDES MARTINS**COM **LEANDRO MENDES MARTINS**COMO ADIANTE SE DECLARA:

A I B A M quantos esta procuração pública virem, que sendo aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze (09/02/2015); do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, nesta Cidade e Comarca de Grossa, Estado do Paraná, neste Tabelionato de Notas, compareceu a parte avinda entre si, justa e contratada a saber Outorgante:-**MENDES** PAULO VITOR brasileiro, solteiro, maior emancipado, estudante, portador da Cédula de Identidade 13.208.159.0-SESP/PR; inscrito CPF/MF no 108.435.049-19; residente e domiciliado nesta cidade, a Avenida Ana Rita, n° 412; Vila Coronel Cláudio; Bairro de Uvaranas; o presente identificado como sendo o próprio do que trato e dou fé. E, pelo outorgante referido, me foi dito que por esta procuração pública e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante esta procurador, onde com se apresentar necessário for:- **LEANDRO** MENDES MARTINS, brasileiro, solteiro, maior, radialista, portador da Cédula de Identidade nº 9.441.996.4-SESP/PR; inscrito no CPF/MF n° 056.506.579-39; residente e domiciliado nesta cidade, a Rua Paranavaí, nº 320; Vila Marina; Bairro de Uvaranas; a quem concede os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, na qualidade de sócio administrador da empresa:- T -ENTRETENIMENTO LTDA; pessoa jurídica de direito privado, com sede no foro desta cidade, a Avenida Ana Rita, nº 412; Vila Coronel Cláudio; Bairro de inscrita no CNPJ/MF Uvaranas; 12.165.842/0001-82; para tratar e defender todos os assuntos, negócios, direitos e interesses do outorgante, podendo para tanto representar em Juízo ou fora dele, e em geral nas suas relações com terceiros; comprar, vender, ceder, transferir, prometer vender, arrendar, gerir, administrar, doar, dar em pagamento, aceitar doações, contratar, distratar, rescindir, anuir, prestar fiança, lotear, hipotecar, divisar, demarcar,

aceitar e assinar quaisquer espécies de escrituras ou contratos públicos ou particulares, inclusive de locação, arrendamento de serviços, re-ratificação, revogação, emancipação, constituição, alteração e dissolução de sociedade, com todas as cláusulas e condições de estilo; firmar termos, notificações, compromissos e declarações; descrever, confrontar, dar metragens, origem aquisitiva, regularizar por processo administrativo transcrição imobiliária, registro e matrícula; melhor caracterizar imóveis, transmitir e receber posse, jús, domínio, direitos e ação; responder e exigir a evicção de direitos; representar perante quaisquer sociedades civís, comerciais ou industriais em que faça ou venha à fazer parte, gerindo-as e administrando-as como bem e melhor lhe convier; receber amigável judicialmente todas e quaisquer importâncias, passar recibos e dar quitação; em especial adquirir em nome do outorgante, em redes privadas farmácias e drogarias, medicamentos através programa "Farmácia Popular", nos termos da Lei nº 10.858/2.004, de 13 de abril de 2.004;regulamentada pelo Decreto nº 5.090/2.004, de 20 de maio de 2.004 e da Portaria do Ministério da Saúde n° 184, de 03 de fevereiro de 2.011; Art. 32, Parágrafo 2°, Inciso III; representar perante públicas Federais, Estaduais, reparticões Municipais, Autarquias, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Registro de Imóveis e de Títulos Paraestatais de Economia Mista, Documentos, Administrativas, Judiciárias, Alfândegas, Mesas de Rendas, Recebedorias, Delegacias de Polícia, Imposto de Renda, Ministério do Trabalho, Juntas Comerciais, Empresa Brasileira de Correios Telégrafos, Companhias Telefônicas, inclusive Telecomunicações do Paraná S/A TELEPAR; BRASIL-TELECOM S/A; Bancos em Geral, públicos ou particulares, inclusive Banco do Brasil S/A; Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal Estadual, Banco Itaú S/A; Banco BRADESCO S/A; Banco ABN AMRO Real S/A; Banco Santander Brasil S/A; Banco HSBC Bank Brasil S/A; UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A; Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos Gerais - SICREDI GERAIS; Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos de Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais - UNIPRIME Campos Gerais; Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Previsul/PIS/PASEP; BNH; FGTS; CIRETRAN; DETRAN; Seguradoras em geral, Cias. de Crédito para Financiamentos e Investimentos e onde mais for de direito e com esta se apresentar; juntar e desentranhar papéis e documentos processos; receber citação judicial e/ou intimação judicial, dar-se por citado(s) em ações judiciais e forom proportion accipar plantac



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Folhas 062

Livro 0174-P

1.º TABELIONATO DE NOTAS COMARCA DE PONTA GROSSA -- ESTADO DO PARANA

Aramis de Melo Sá Junior TITULAR — C.P.F. 756329.509.72 Rua XV de Novembro,277 - Fone: 3224-2089 - 84010-020 - P. Grossa/PR

Ponta Grossa aparece na altura Dominando campanhas Natais Temos crença na Glória futura Da Princesa dos Campos Gerais

INSTALADO EM 19/05/1857

Continuação da folha nº 061 do Livro 0174-P

imobiliária; pagar impostos, taxas, multas, contribuições e emolumentos; efetuar acordos, propostas e parcelamentos de débitos; endossar, assinar termos de transferências de telefones e certificados de transferências de veículos; assinar declarações de rendimentos e de bens; requerer e receber restituições de impostos de rendas; abrir, movimentar e encerrar contas em bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais estabelecimentos de crédito, cadernetas poupanças; incluir, alterar e excluir titularidade; depositar, retirar, transferir e fazer levantamento quaisquer importâncias, títulos, cauções e outros valores; efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico; emitir, endossar, descontar, receber, aceitar, avalizar, requerer, retirar e assinar cheques, ordens de pagamentos, promissórias, duplicatas e demais títulos comerciais em geral; prestar aval a terceiros bem como para assumir obrigações na qualidade de devedor solidário; assinar contratos e demais títulos de crédito; solicitar e retirar cartões magnéticos bem como cadastrar e recadastrar senhas eletrônicas; contratar, registrar, distratar, rescindir com empregados, acertar, promover e acordar; requerer inventários e assinar termos de compromisso de inventariante; requerer usucapião; contratar advogado e conferir poderes constantes das Cláusulas Ad-Judicia, Ad-Negotia, Ad-Extra e os especiais de transigir, desistir, concordar, discordar, fazer acordos, firmar compromissos, recorrer, apelar e seguir a causa até final sentença e liquidação; impetrar mandados de segurança; enfim praticar todos os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer. Assim o disse, do que dou fé, me pediu e lavrei a presente procuração pública, que depois de lida e em tudo achada conforme, aceita, outorga e dispensando expressamente a presença e assinatura das testemunhas instrumentárias conforme preceitua o Art. 684 do Código de Normas da C.G.J.Pr; Provimento 249/2.013; perante mim BRUNO DATOLA RAMOS, Escrevente do 1º Tabelião de Notas que o escrevi e assino em público e raso, me reporto e dou fé. Ponta Grossa, 09 de fevereiro de 2015. Protocolo nº 00231/2015 Custas. em 17 R C 384 62.

continha o original, trasladado em ato contínuo, do que me reporto e dou fé.

Realizada consulta à base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi verificado que consta as seguintes informações:

Data:

09/02/2015

09:07:24

Hash:

5f9d.9b4f.b03f.a1d2.7db7.2b4c.f7b2.70cf.7660.5eb9 -

CPF/CGC: 10843504919 - Nome: PAULO VITOR MENDES

MARTINS - Nada consta

09/02/2015

09:09:03

8d96.3595.8c08.fbbb.de8f.362f.169d.cd17.36e1.6640 -CPF/CGC: 12165842000182 - Nome: T - ENTRETENIMENTO

LTDA - Nada consta

EM TEST°

DA VERDADE

BRUNO DATOLA RAMOS LEVENTE LE do 1º Tabo Paris Escrevente do 1º Tabellão de Notas

FUNARPEN - SELO DIGITAL N° x5Z5r . DUCHe . p9e4J, Controle: MXbnN . kXAF

Valide esse selo em http://funarpen.com.br

1º TABELIONATO DE NOTAS ARAMIS DE MELO SÁ JUNIOR 1º Tabelião de Notas R. XV de Novembro, 277 - ☎ 3224-2089 84010-020 - Ponta Grossa - Paraná BRUNO DATOLA RAMOS - Escrevente

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria de Comércio e Serviços Departamento Nacional de Registro do Comércio JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME



LUIZ CARLOS SÁLVARO SECRETARIO GERAL

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DO PARANÁ

A Sociedade **MARTINS, TEZELLI & CIA LTDA**, estabelecida na AV. ANA RITA, 412, UVARANAS, PONTA GROSSA, PR, CEP: 84.026-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315

Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

PONTA GROSSA - PR, 19 de Maio de 2010.

Sócio: LEANDRO MENDES MARTINS

Sócio: SIUSI APARECIDA MARTINS

Sócio: MARTON AVILA TEZELLI

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM 1 7/ JUly 2010

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE PONTA GROSSA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/06/2010
Protocolo: 10/614/489-8, DE 16/06/2010
Protocolo: 10/614/489-8, DE 16/06/2010
MARTINS, TEEELLI & CIA LIDA

IMPRIMIR VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

12165842/0001-82

Razão Social: MARTINS TEZELLI E CIA LTDA

Nome Fantasia: T ENTRETENIMENTO

Endereço:

AV ANA RITA 0412 / UVARANAS / PONTA GROSSA / PR / 84026-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/09/2018 a 02/10/2018

Certificação Número: 2018090313451391913605

Informação obtida em 11/09/2018, às 15:00:19.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: T - ENTRETENIMENTO LTDA

CNPJ: 12.165.842/0001-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fisçal, ou ainda não vencidos; e
- não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rib.gov.br ou http://www.pgin.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:26:38 do dia 10/07/2018 <hora e data de Brasília>. Válida até 06/01/2019.

Código de controle da certidão: 314C.0E8B.134A.7FEB Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: T - ENTRETENIMENTO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 12.165.842/0001-82

Certidão nº: 158112675/2018

Expedição: 11/09/2018, às 14:36:40

Validade: 09/03/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que ENTRETENIMENTO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 12.165.842/0001-82, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 018680301-31

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 12.165.842/0001-82

Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/01/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO CADASTRO ÚNICO DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão Negativa de Débitos

Certidão Nº: 74818 / 2018

Código de Autenticidade: EB6B02DB9B64C42F7E8902FE83ECA1D7

IDENTIFICAÇÃO CONTRIBUINTE

CGCM: 215333

CNPJ/CPF: 12.165.842/0001-82

Nome: T. ENTRETENIMENTO LTDA

Endereço: AV. ANA RITA, 412

Bairro: UVARANAS Complemento:

Município: PONTA GROSSA / PR

CEP: 84026000

IDENTIFICAÇÃO REQUERENTE

Nome: T ENTRETENIMENTO LTDA

Finalidade: LICITAÇÃO

PROTOCOLO:/

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO CADASTRO ÚNICO DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certificamos, a requerimento da parte interessada, que para o contribuinte global acima identificado, NÃO CONSTAM DÉBITOS em aberto referente aos cadastros imobiliários e mobiliários.

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

PONTA GROSSA, 14 de setembro de 2018

ATENÇÃO: ESTA CERTIDÃO FOI EMITIDA VIA INTERNET.

Para verificar a AUTENTICIDADE deste documento acesse www.tributos.pontagrossa.pr.gov.br e utilize a opção AUTENTICAR DOCUMENTOS. Utilize o código de autenticidade informado acima. (diferencia letras maiúsculas e minusculas).

ESTE DOCUMENTO TEM A VALIDADE DE 60 (SESSENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA EMISSÃO.



DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8,666/93.

A T Entretenimento LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.165.842/0001-82, com sede à Av. Ana Rita, nº412, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr Leandro Martins, portador(a) da carteira de identidade RG nº 9.441.996-4 e inscrito no CPF sob nº056.506.579-39, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade que couber, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

12.165.842/0001-82

T ENTRETENIMENTO LTDA

Av. Ana Rita, 412 - Uvaranas

CEP 84026-000 - Ponta Grossa - PR

Ponta Grossa - PR 05 de setembro de 2018

Leandro Martins

T-Entretenimento LTDA





Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Finidades Decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padastro/Madastra	Genro/Nora	
2°	Pai/Mãe do (a) Padastro/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ā)
3°	Avô (ó) do (a) Padastro/Madastra	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio

T12.165.842/0001-82

T ENTRETENIMENTO LTDA

Av. Ana Rita, 412 - Uvaranas

CEP 84026-000 - Ponta Grossa - PR





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (11/09/2018 às 14:40) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 12.165.842/0001-82.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: http://www.cnj.jus.br através do número de controle: 5B97.FE22.17D5.C650

64

DATA DE PUBLICI DA SANÇÃO ♦

TIPO DA SANÇÃO ♦

ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA ♦

UF DO SANCIONADO \$

NOME DO SANCIONADO A

CNPJ/CPF DO SANCIONADO

DETALHAR

ÓRGÃO SANCIONADOR

UF DO SANCIONADO

Nenhum registro encontrado

VOCĒ ESTĀ AQUI: INÍCIO » PAINEL DE SANÇÕES » CEIS

Detalhamento das Sanções Vigentes

ORIGEM DOS DADOS

Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS

VISUALIZAÇÃO GRÁFICA PAINEL DE SANÇÕES S EDITAR COLUNAS **« OCULTAR FILTROS DE CONSULTA** Busca livre: T-ENTRETENIMENTO LTDA ME 🔀 Data da última atualização: 11/09/2018 Data da consulta: 11/09/2018 14:45:29 ⊟ FILTROS APLICADOS: Tabela de dados BAIXAR IMPRIMIR **BUSCA LIVRE** PERÍODO DE VIGENCIA CPF / CNPJ NOME FILTRO

0





Consulta de Impedidos de Licitar

Tipo documento	CNPJ	•	Número documento	12165842000182	
Nome					
Período publicação : de			até		
Data de Início Impedimento: de			até		
Data de Fim Impedimento: de			até		

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 12165842000182!





ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

(MINUTA) INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. _____/2018

Processo nº. 225/2018

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 001/2018, resolve realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO. A presente Inexigibilidade de licitação será baseada no Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

1.1 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes em sua Solicitação protocolada sob nº 2940/2018 requer a Contratação de Personagem para Apresentação de Stand-Up Comedy na Comemoração ao Dia dos Professores, conforme modelo descrito no Anexo I — Descrição dos Serviços e Preços Praticados, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto o Objeto desta Inexigibilidade de Licitação.

II - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: T ENTRETE	NIMENTO LTDA ME	
Endereço: Avenida Ana	Rita, n° 412, Bairro Uvaranas.	
Cidade: Ponta Grossa	CEP: 84.026-000	U.F.: PR
CNPJ: 12.165.842/0001		
Representante Legal: Le	eandro Mendes Martins	
CPF: 056.506.579-39	RG: 9.441.996-4 SESP/PR	

III - DA HABILITAÇÃO

- 3.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 3.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- 3.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 3.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.





ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

- 3.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 3.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 3.1.2.7 Declaração de inexistência de parentes na Educação, Cultura e Esportes Municipal, de acordo com o (Prejulgado 9 do Tribunal de Contas e do art. 9º, III, da lei 8666/93).
- 3.1.2.8 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 3.1.2.9 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 3.1.2.10 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Conselho Nacional de Justiça CNJ.

IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 4.1 Optou-se pela contratação por Inexigibilidade de Licitação devido à necessidade apresentada pela Secretaria, que relata que a contratação do referido personagem será em razão de sua expertise e profissionalismo, de forma que este possui reconhecimento social quanto a sua qualidade, a Secretaria evidencia que o humorista "Juca Bala" atuou junto a outros entes, de forma que se torna visível o desempenho satisfatório de suas atividades junto a estes.
- 4.2 A Contratação será por inexigibilidade com arrimo no art. 25, Inciso III da Lei 8.666/1993, tendo em vista a inviabilidade de competição, em especial:
- 4.3 III para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

V – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 A execução dos serviços se dará no dia 15 de outubro de 2018.
- 5.2 A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura.
- 5.3 Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto em nova data dentro da vigência do contrato, sem ônus a CONTRATANTE.

VI – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela contratação dos serviços o valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).
- 6.2 O pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal.



ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

VII - DO PROSSEGUIMENTO

7.1 - A Comissão de Licitação encaminha à Procuradoria Municipal e requer que seja, conhecida a necessidade de contratação, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho, 20 de setembro de 2018.

Rubenei Meloto Presidente da CPL

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito







ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

Anexo – I Descrição dos Serviços e Preços Praticados

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	Apresentação	Contratação do personagem Juca Bala, do humorista Anderson Magatão, para realização de Stand-Up Comedy para o evento que será realizado no dia 15 de outubro de 2018 em comemoração ao dia dos professores, as 20h:30min, com duração de aproximadamente 90 minutos, no centro comunitário São Francisco de Assis, em parceria com a pastoral da educação.	5.300,00	5.300,00
		VAL	OR TOTAL R\$	5.300,	00

CHOPINZINHO

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CONTRATO Nº 319/2018

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA T ENTRETENIMENTO LTDA ME.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: T ENTRETENIMENTO LTDA ME, pessoa jurídica do Direito Privado, com sede na Avenida Ana Rita, n° 412, Bairro Uvaranas, CEP: 84.026-000, Ponta Grossa – SC com CNPJ n° 12.165.842/0001-82, Fone (42) 98407-9999 / (42) 3301-9979, e-mail: leandro@radiot.com.br, neste ato representado pelo senhor Leandro Mendes Martins, portador do CPF n° 056.506.579-39 e do RG n° 9.441.996-4 SESP/PR, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação _____/2018, Processo Licitatório 225/2018, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CONTRATANTE, firma com a CONTRATADA, a Contratação dos Serviços, a seguir descriminados, de acordo com o Processo Licitatório 225/2018 – Inexigibilidade de Licitação _____/2018.

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	Apresentação	Contratação do personagem Juca Bala, do humorista Anderson Magatão, para realização de Stand-Up Comedy para o evento que será realizado no dia 15 de outubro de 2018 em comemoração ao dia dos professores, as 20h:30min, com duração de aproximadamente 90 minutos, no centro comunitário São Francisco de Assis, em parceria com a pastoral da educação.	5.300,00	5.300,00
		VAL	OR TOTAL R\$	5.300	00

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela execução dos serviços, descritos na Cláusula Primeira, a importância de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). O pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – 06.02.123610010.2.016.3.3.90.39 (2085) FONTE 104.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA se compromete a executar os Serviços licitados e objeto deste Contrato, da seguinte forma:

§ 1º - A execução dos serviços deverá ser conforme determinação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

A execução dos serviços se dará no dia 15 de outubro de 2018.

Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto em nova data dentro da vigência do contrato, sem ônus a CONTRATANTE.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

y

CLÁUSULA QUINTA - DA QUALIDADE

A CONTRATADA fica obrigada a execução dos serviços conforme solicitação, não sendo permitida sua substituição e os serviços deverão ser de primeira qualidade.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

A execução dos serviços se dará no dia 15 de outubro de 2018.

A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

DAS OBRIGAÇÕES:

Da Contratada:

Os Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 225/2018 – Inexigibilidade de Licitação nº _____/2018, os documentos do processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º - A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

§ 2º - A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

- A Contratada obriga-se a executar o contrato no prazo e forma ajustados;

- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

Da Contratante:

- Efetuar o pagamento do ajustado;

- Dar a CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização da execução dos serviços desde que não estejam sendo executados com excelência.

A Gestão do contrato será efetuada pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Édina Accorsi, CPF n° 053.271.259-55.

A fiscalização será efetuada pela Chefe de Gestão da Educação, Sra. Fernanda Patel, CPF n° 060.860.679-02 e em sua ausência pela Oficial Administrativo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Sra. Roseli Scolari Lorenzi, CPF n° 726.992.809-68e, stando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ



<u>CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA</u>

Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES</u>

Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - **suspensão temporária da prestação de serviços** - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais. Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os critérios a que aquela teria direito.

Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos a luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Chopinzinho, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente por si e seus sucessores em quatro vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Chopinzinho, PR, de	de 2018
---------------------	---------

Município de Chopinzinho Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito Contratante

T Entretenimento Ltda Me Leandro Mendes Martins - Representante Legal Contratada

Secretária de Educação, Cultura e Esportes Édina Accorsi Gestora do Contrato

> Fernanda Patel Fiscal do Contrato

Testemunhas:	Roseli Scolari Lorenzi Fiscal Substituta	
NOME: CPF:	NOME:	

7.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 lefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, I

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: T
- It oto militarità Liud Mc. CIVI. 12 IDO 842/0001-87 ()bioto: Controtocco de Demo
Tree on the day of the control of th
(aniso tim o trozetitos reais). Origetti, mexigipilidade de l'icitação (2010 Eundomento I I I
6.000/93. Elementos de despesa: 2085. Data da assinatura:
Ceni Scolaro, pelo Município e Leandro Mendes Martins, pela Empresa.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

Bairro São Miguel

85560-000

CHOPINZINHO -

PARANÁ

Processo: 225/2018

Assunto: Inexigibilidade de Licitação.

PARECER JURÍDICO

Trata-se de processo licitatório n.º 225/2018, de Inexigibilidade de Licitação para a contratação da empresa, T ENTRETENIMENTO LTDA ME, cujo objeto é a contratação do personagem "Juca Bala" para apresentação de Stand-up Comedy na comemoração ao dia dos professores.

A Justificativa da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes às fls. 05/10, ressaltando, em síntese, que: "Buscando-se a valorização dos nossos educadores, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte pretende a realização de evento, em parceria com a pastoral da educação, para comemoração do dia dos professores, envolvendo professores e funcionários do Município, a fim de reconhecer a importância dos profissionais para o dia-a-dia das escolas e formação das crianças e jovens. Observe-se que no ano de 2017 a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, realizou um evento no qual teve a apresentação do humorista Juca Bala, o qual agradou muito ao público com sua performance, sendo no Município pela qualidade de seus shows. Ainda, conforme documentos em anexo, o referido humorista atuou junto a outros entes, de forma que torna visível o desempenho satisfatório de suas atividades junto a estes, tanto que, com relação ao Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR, houve nova contratação por Inexigibilidade de Licitação em razão da plausibilidade da atuação do artista [...]".

075





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

Bairro São Miguel

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Os autos foram instruídos com o Termo de Referência às fls. 05/10, o qual indica o valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).

Às fls. 11/13 constam Notas Fiscais do Município de Ponta Grossa, emitidas em 11/09/2018, 23/07/2018 e 09/08/2018, nos valores de R\$ 5.000,00, R\$ 5.000,00 e R\$ 6.500,00, respectivamente.

Às fls. 14/17 consta contrato firmado entre o Município de Goioxim e a empresa T Entretenimento Ltda ME, cujo objeto é a contratação de apresentação artística com o artista "Juca Bala" pelo valor de R\$ 6.500,00; orçamento para o Município de Cruzeiro do Iguaçu à fl. 13, no valor de R\$ 6.000,00; Procedimento de Inexigibilidade de Licitação do Município Cruzeiro do Iguaçu/PR às fls. 19/21 pelo valor de R\$ 6.000,00; Contrato com o Município de Candói às fls. 22/28 pelo valor de R\$ 7.000.00; Procedimento n.º 028/2016 de Inexigibilidade de Licitação do Município Cruzeiro do Iguaçu às fls. 29/32, ao preço de R\$ 5.500,00.

O Exmo. Sr. Prefeito autorizou a abertura do Procedimento Licitatório (fl. 33).

Orçamento para a contratação do humorista "Juca Bala" às fls. 34/37.

A Secretaria de finanças informa que existem recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações, decorrentes do objeto específico (fl. 38).

O presidente da Comissão Permanente de Licitações emitiu parecer favorável para que a contratação seja realizada por meio de Inexigibilidade de Licitação (fl.39).

A autorização do Exmo. Sr. Prefeito para a preparação da minuta do Instrumento de Inexigibilidade de Licitação e Contrato (fl. 40).

A documentação pertinente a regularidade da empresa fora acostada às fls. 41/65, em conformidade com a Lei 8.666/93.

A minuta de Inexigibilidade de Licitação e Contrato foram acostadas às fls. 66/74.







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

Bairro São Miguel

85560-000

CHOPINZINHO -

Vieram os autos para parecer.

É o relatório.

Inicialmente, impende salientar que manifestação tem como lastro, exclusivamente, os elementos constantes nos autos até a presente data, e que, em face do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei 8666/93, cabe a esta Procuradoria examinar o feito do prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise de conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito do Município, nem analisar os demais aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Pois bem. Cumpre salientar que as contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e da Lei 8.666/1993.

Excepcionalmente, diante de situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no artigo 25, inciso III, § 1º, in verbis:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

> III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

> § 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.(Grifou-se).



ESTADO DO PARANÁ

CNP.I 76 995 414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

Bairro São Miguel

85560-000

CHOPINZINHO -

PARANÁ

Ademais, oportuno ressaltar os seguintes trechos do Acórdão 1435/17 do Tribunal de Contas da União:

"[...] Entendo haver necessidade, sim, da apresentação de documento comprobatório do efetivo recebimento de cachê por parte dos artistas/bandas, a fim de se dar efetivo cumprimento ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993, o qual exige justificativa para o preço praticado em contrato firmado por inexigibilidade de licitação. E consoante o § 2º do art. 25 da Lei 8.666/1993, constatado eventual superfaturamento na execução do objeto pactuado - e o ônus de afastá-lo é do próprio contratante, no caso o ente convenente -, "respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis". 9.2.1. a apresentação apenas de autorização/atesto/carta de exclusividade que confere exclusividade ao empresário do artista somente para o(s) dia(s) correspondente(s) apresentação deste, sendo ainda restrita à localidade do evento, não atende aos pressupostos do art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993, representando impropriedade na execução do convênio;

9.2.2. do mesmo modo, contrariam o sobredito dispositivo legal as situações de contrato de exclusividade – entre o artista/banda e o empresário – apresentado sem registro em cartório, bem como de não apresentação, pelo convenente, do próprio contrato de exclusividade;

9.2.3. tais situações, no entanto, podem não ensejar, por si sós, o julgamento pela irregularidade das contas tampouco a condenação em débito do(s) responsável(is), a partir das circunstâncias inerentes a cada caso concreto, uma vez que a existência de dano aos cofres públicos, mediante instauração da devida tomada de contas especial, tende a se evidenciar em cada caso, entre outras questões, quando: 9.2.3.1. houver indícios de inexecução do evento objeto do convênio; ou 9.2.3.2. não for possível comprovar o nexo de causalidade, ou seja, que os pagamentos tenham sido

078





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

Bairro São Miguel

85560-000

CHOPINZINHO -

PARANÁ

recebidos pelo artista ou por seu representante devidamente habilitado, seja detentor de contrato de exclusividade, portador de instrumento de procuração ou carta de exclusividade, devidamente registrados em cartório [...]". (Grifou-se).

No mesmo sentido, o Acórdão 1.351/18 do Tribunal de

Contas da União:

- "[...] No que concerne à validade dos instrumentos de procuração e das cartas de exclusividade para dias e locais dos eventos e de outros instrumentos de caráter temporário, no âmbito da contratação de produtoras e de artistas, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993, proponho firmar os seguintes entendimentos:
- a) a existência de instrumentos de procuração, cartas de exclusividade e outros instrumentos de caráter temporário conferidos a empresas intermediárias, pelo artista ou por seu empresário exclusivo, como resultado das tratativas para a realização de eventos custeados com recursos federais, não configura a inviabilidade de competição prevista no art. 25,caput, da Lei 8.666/1993;
- b) havendo a possibilidade de competição entre possíveis interessados na realização de shows artísticos, a legislação impõe a instauração de processo licitatório que assegure igualdade de condições a esses interessados;
- c) os documentos mencionados no item "a", associados a notas fiscais emitidas pelas intermediárias, se estiverem desacompanhados de outros documentos que comprovem os valores cobrados pelo artista, a título de cachê, e o seu efetivo recebimento, emitidos pelo próprio artista ou por seu empresário exclusivo, não se prestam a elidir eventual débito na aplicação de recursos federais;
- d) o gestor que cria mecanismos ilícitos para dificultar ou impedir que se meça, com exatidão, o superfaturamento por ele patrocinado, não pode exigir que o débito resultante da sua irregular conduta seja aferido com absoluta precisão, porque a imposição de tal encargo aos órgãos de controle resultaria em prestigiar a torpeza do gestor faltoso e subverter o valor republicano presente no princípio sensível da prestação de contas [...]". (Grifou-se).



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

85560-000

CHOPINZINHO -

Desse modo, compulsando os autos em apreço, verificase que o humorista "Juca Bala" possui notória especialização na realização de Stand-up Comedy, conforme se depreende do contrato firmado entre o Município de Goioxim e a empresa T Entretenimento Ltda ME às fls. 14/17, cujo objeto é a contratação de apresentação artística com o artista "Juca Bala" pelo valor de R\$ 6.500,00; orçamento para o Município de Cruzeiro do Iguaçu à fl. 13, no valor de R\$ 6.000,00; Procedimento de Inexigibilidade de Licitação do Município Cruzeiro do Iguaçu/PR às fis. 19/21 pelo valor de R\$ 6.000,00; Contrato com o Município de Candói às fls. 22/28 pelo valor de R\$ 7.000,00 e Procedimento n.º 028/2016 de Inexigibilidade de Licitação do Município Cruzeiro do Iguaçu às fls. 29/32, ao preço de R\$ 5.500,00, os quais demonstram o seu desempenho anterior.

De mais a mais, ressalta-se, ainda, que o preço praticado pela empresa resta devidamente justificado, conforme se depreende dos documentos de fls. 11/31.

Cumpre salientar que o artista, Sr. Anderson Magatão, figura no quadro societário da empresa a ser contratada;

Contudo, considerando o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, acima mencionado, no sentido de que não atende aos pressupostos do art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993 as situações de contrato/carta de exclusividade entre o artista/banda e o empresário apresentado sem registro em cartório, bem como de não apresentação, nos autos, do próprio contrato de exclusividade, esta Procuradoria recomenda:

a) A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte: junte aos autos a Carta de Exclusividade entre a empresa e o artista (humorista), devidamente registrada em cartório;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242 - 8618 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

85560-000

CHOPINZINHO -

Isto posto, esta Procuradoria entende não haver óbice à inexigibilidade de licitação no presente caso, desde que feitas as adequações necessárias, podendo o processo seguir o trâmite nos termos propostos.

Salvo Melhor Juízo. É o parecer.

Chopinzinho, 02 de outubro de 2018.

Procurado Stringari

Procurador Municipal OAB/PR 82.108

Marcio Stringari Procurador Municipal OAB/PR 82.108



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Fone (46) 3242-8600

- Rua Miguel Procópio Kurpe, 3811, Bairro São Miguel

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

PROCESSO N.º 225/2018

DESPACHO/DECISÃO N.º 746/2018/PG-FLSA

- 1. O art. 38, inc. VI da Lei n.º 8.666/1993 prevê que o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".
- 2. A Procuradoria tem o dever de ofício de analisar a legalidade e assistir a autoridade assessorada no controle da legitimidade dos atos a serem praticados ou já efetivados, orientando a atuação do administrador. Dessa avaliação deve resultar um parecer jurídico ou despacho que possibilite à autoridade o conhecimento das variáveis necessárias para a tomada de decisão segura.
- 3. As disposições tratam do controle interno de legalidade dos atos da contratação, realizado pela assessoria jurídica do ente licitante, cujo objetivo é avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Pretende-se, mediante esse exame prévio, evitar, ou ao menos reduzir, eventuais questionamentos perante os órgãos de controle externo ou a constatação posterior de vícios que comprometam o atendimento da necessidade da Administração.
- 4. Munido desse desiderato, o Procurador Geral do Município de Chopinzinho, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda n.º 21/2017, c/c a Lei n.º 3.506/2016, alterada pela Lei n.º 3.688/2017, homologa o Parecer Jurídico de fls. 75/81, da lavra do i. procurador, Dr. Márcio Stringari.

Chopinzinho (PR), em 02 de outubro de/201/8.

FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE PROCURADOR GERAL DECRETO 014/2018 – OAB/PR 26.368





MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR

Secretaria de Educação e Cultura

Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel - 85.560-000 Chopinzinho - Paraná

DECLARAÇÃO

A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, em apreço ao parecer jurídico de fls. 075/001, vem por meio desta juntar aos autos carta de exclusividade devidamente registrada em cartório, conforme recomendado.

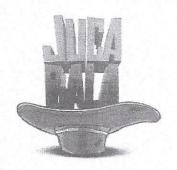
No mais, pugna-se pelo regular prosseguimento do feito.

Chopinzinho, 08 de outubro de 2018.

Édina Accorsi

Secretária de Educação, Cultura e Esporte





DECLARAÇÃO

Eu, Anderson Jorge Magatão, RG 7.543.026-4, CPF/MF nº 033.756.979-70, residente/domiciliado na Rua Coronel Saldanha 3394, Guarauava/PR, reconhecido pelo nome artístico de JUCA BALA, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações) e alterações posteriores, para todos os fins de direitos e obrigações, concedo o direito exclusivo de representação artística em todo território nacional à empresa T ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 12.165.842/0001-82 sediada na Av. Ana Rita 412, Ponta Grossa - PR.

Esta carta tem validade de 12 meses.

Ponta Grossa, 16 de fevereiro de 2018.

R. Mal. Floriano Psixoto: 1573, Centro Guarapuava/Pr - CEP 85010-250 Fone/Fax: (042)3623-2299/3035-2299 SELO brEsc.9KYFA.AKJta CTRL: YfDIb.nVSS Consulte o selo em http://funarren.com.b Reconheso como VERONDEIRA a(s) firma(s) ANDERSON JURGE MAGATAO.... Guarantavas 16 de feverei ≠r de 2018 En Testemunho <u>a Werdade.</u>

SEGUNDO SERVISO MOTARIAL

IE (SI PRATES DE ANMADE Fiscrevente



RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na Divisão de Licitações e Contratos.

Chopinzinho/PR, 08 de outubro de 2018.

Giliane Teles Forlin Agente Administrativo Divisão de Licitações e Contratos IMPRIMIR VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

12165842/0001-82

Razão Social: MARTINS TEZELLI E CIA LTDA

Nome Fantasia: T ENTRETENIMENTO

Endereço:

AV ANA RITA 0412 / UVARANAS / PONTA GROSSA / PR / 84026-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/09/2018 a 21/10/2018

Certificação Número: 2018092214050476431684

Informação obtida em 08/10/2018, às 09:57:36.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO №. 34/2018

Processo nº. 225/2018

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO — PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 001/2018, resolve realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO. A presente Inexigibilidade de licitação será baseada no Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I - DO OBJETO

1.1 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes em sua Solicitação protocolada sob nº 2940/2018 requer a Contratação de Personagem para Apresentação de Stand-Up Comedy na Comemoração ao Dia dos Professores, conforme modelo descrito no Anexo I — Descrição dos Serviços e Preços Praticados, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto o Objeto desta Inexigibilidade de Licitação.

II - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

NIMENTO LTDA ME	
Rita, n° 412, Bairro Uvaranas	
	U.F.: PR
-82	U.F.: PK
	NIMENTO LTDA ME Rita, n° 412, Bairro Uvaranas. CEP: 84.026-000 82 andro Mendes Martins RG: 9.441.996-4 SESP/PR

III - DA HABILITAÇÃO

- 3.1.1 Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 3.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- 3.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 3.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.



ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

- 3.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 3.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 3.1.2.7 Declaração de inexistência de parentes na Educação, Cultura e Esportes Municipal, de acordo com o (Prejulgado 9 do Tribunal de Contas e do art. 9º, III, da lei 8666/93).
- 3.1.2.8 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 3.1.2.9 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 3.1.2.10 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Conselho Nacional de Justiça CNJ.

IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 4.1 Optou-se pela contratação por Inexigibilidade de Licitação devido à necessidade apresentada pela Secretaria, que relata que a contratação do referido personagem será em razão de sua expertise e profissionalismo, de forma que este possui reconhecimento social quanto a sua qualidade, a Secretaria evidencia que o humorista "Juca Bala" atuou junto a outros entes, de forma que se torna visível o desempenho satisfatório de suas atividades junto a estes.
- 4.2 A Contratação será por inexigibilidade com arrimo no art. 25, Inciso III da Lei 8.666/1993, tendo em vista a inviabilidade de competição, em especial:
- 4.3 III para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

V – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 A execução dos serviços se dará no dia 15 de outubro de 2018.
- 5.2 A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura.
- 5.3 Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto em nova data dentro da vigência do contrato, sem ônus a CONTRATANTE.

VI – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela contratação dos serviços o valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).
- 6.2 O pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60
Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811
85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

VII - DO PROSSEGUIMENTO

7.1 - A Comissão de Licitação encaminha à Procuradoria Municipal e requer que seja, conhecida a necessidade de contratação, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho, 08 de outubro de 2018.

Rubenei Meloto Presidente da CPL

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito



ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANÁ

Anexo – I Descrição dos Serviços e Preços Praticados

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	Apresentação	Contratação do personagem Juca Bala, do humorista Anderson Magatão, para realização de Stand-Up Comedy para o evento que será realizado no dia 15 de outubro de 2018 em comemoração ao dia dos professores, as 20h:30min, com duração de aproximadamente 90 minutos, no centro comunitário São Francisco de Assis, em parceria com a pastoral da educação.	5.300,00	5.300,00
		VAL	OR TOTAL R\$	5.300	,00



ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 PARANÁ **CHOPINZINHO** 85.560-000

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2018.

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 34/2018, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

	EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
l .	T ENTRETENIMENTO LTDA ME	12.165.842/0001-82	5.300,00

CONFORME PROPOSTA.

É A DECISÃO

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

LVARO DENIS CENI-SCOLARO

Prefeito



CNPJ 76.995.414/0001-60
Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato n° 364/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: T Entretenimento Ltda Me. CNPJ: 12.165.842/0001-82. Objeto: Contratação de Personagem para Apresentação de Stand-Up Comedy na Comemoração ao Dia dos Professores. Valor: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 34/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elementos de despesa: 2085. Data da assinatura: 08/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Leandro Mendes Martins, pela Empresa.

TO PROMISE OF THE PARTY OF THE

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CONTRATO Nº 364/2018

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA T ENTRETENIMENTO LTDA ME.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, residente e domiciliado, na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: T ENTRETENIMENTO LTDA ME, pessoa jurídica do Direito Privado, com sede na Avenida Ana Rita, n° 412, Bairro Uvaranas, CEP: 84.026-000, Ponta Grossa – SC com CNPJ n° 12.165.842/0001-82, Fone (42) 98407-9999 / (42) 3301-9979, e-mail: leandro@radiot.com.br, neste ato representado pelo senhor Leandro Mendes Martins, portador do CPF n° 056.506.579-39 e do RG n° 9.441.996-4 SESP/PR, ora denominada CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação n° 34/2018, Processo Licitatório n° 225/2018, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A CONTRATANTE, firma com a CONTRATADA, a Contratação dos Serviços, a seguir descriminados, de acordo com o Processo Licitatório nº 225/2018 – Inexigibilidade de Licitação nº 34/2018

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	Apresentação	Contratação do personagem Juca Bala, do humorista Anderson Magatão, para realização de Stand-Up Comedy para o evento que será realizado no dia 15 de outubro de 2018 em comemoração ao dia dos professores, as 20h:30min, com duração de aproximadamente 90 minutos, no centro comunitário São Francisco de Assis, em parceria com a pastoral da educação.	5.300,00	5.300,00
		VAL	OR TOTAL R\$	5.300	,00

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela execução dos serviços, descritos na Cláusula Primeira, a importância de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). O pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – 06.02.123610010.2.016.3.3.90.39 (2085) FONTE 104.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA se compromete a executar os Serviços licitados e objeto deste Contrato, da seguinte forma:

§ 1º - A execução dos serviços deverá ser conforme determinação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

A execução dos serviços se dará no dia 15 de outubro de 2018.

Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto em nova data dentro da vigência do contrato, sem ônus a CONTRATANTE.



Q





ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA QUINTA – DA QUALIDADE

A CONTRATADA fica obrigada a execução dos serviços conforme solicitação, não sendo permitida sua substituição e os serviços deverão ser de primeira qualidade.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

A execução dos serviços se dará no dia 15 de outubro de 2018.

A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias a partir da assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

DAS OBRIGAÇÕES:

Da Contratada:

Os Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 225/2018 - Inexigibilidade de Licitação nº 34/2018, os documentos do processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º - A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

- § 2º A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente
 - A Contratada obriga-se a executar o contrato no prazo e forma ajustados;

- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

Da Contratante:

- Efetuar o pagamento do ajustado;

- Dar a CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização da execução dos serviços desde que não estejam sendo executados com excelência.

A Gestão do contrato será efetuada pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Édina Accorsi, CPF n° 053.271.259-55.

A fiscalização será efetuada pela Chefe de Gestão da Educação, Sra. Fernanda Patel, CPF nº 060.860.679-02 e em sua ausência pela Oficial Administrativo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Sra. Roseli Scolari Lorenzi, CPF nº 726.992.809-68e, stando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CLÁUSULA NONA - DA TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais. Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei n° 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os critérios a que aquela teria direito.

Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

DO Q





ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefax (46) 3242-8600 - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 PARANÁ CHOPINZINHO 85.560-000

Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos a luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Chopinzinho, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente por si e seus sucessores em quatro vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Chopinzinho, PR, 08 de outubro de 2018.

Município de Chopinzinho Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito Contratante

T Enketenimento Ltda Me Leandro Mendes Martins - Representante Legal Contratada

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Édina Accorsi Gestora do Contrato

Fernanda Patel Fiscal do Contrato

Roseli Scolari Lorenzi Fiscal Substituta

Testemunhas:		
NOME: CPF:	NOME: CPF:	

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHOIPR.
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 94/2018. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 24 de outubro de 2018, às 09:00 (nove) horas. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA ACUSIÇÃO FUTURA DE INSUMOS AGRICOLAS PARA A LAVOURA COMUNITÁRIA DA RESERVA INDÍGENA. Valor estimado: R\$ 66:183,59, O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prêdio da Prefeitura de Chopirazinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 — Chopirazinho/PR, e no enderaço eletrânico: www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo telefone: (46) 3242-8614.

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 96/2018. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 31 de
outubro de 2018, ão 09:00 (nove) horas. Objeto. RECISTRO DE PREÇOS PARA
AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. Valor Máximo da Licitação:
R\$ 634.2678. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédica
Prefeitura de Chopinizinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio
Kurpel, nº 3.811 - Chopinázho/PR. e no endereço eletrônico: www.chopinázho ps.gov.br.
Informações pelo telefone (46) 3242-8614.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR.
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Editat nº 86/2018. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 01 de novembro de 2018, ás 10:00 (dez) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÎCULO, LEVE PARA A SECRETARIA DE ASSISTENTACIA. Vator estimado: 18 43.899.00. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzánho, Divisão de Cicitações e Contratas, Rua Miguel Procépio Kurpel, nº 3.811 – Obopinzánho; Divisão de cenderaço eletrônico: www.chopinzánho.pr.gav.hr informações pelo telefone: (46) 3242-8814.

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2018, Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 32/2018, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, tomo pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epigrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$	
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR	76.484.013/0001-45	352.147,44	
CON PROPOSTA É A DECISÃO GABINETE DO PRE SETEMBO DE 2018 Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito	FEITO DE CHOPINZIN	HO, PR, 10 DE	

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 33/2018. Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e Parecer da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 332018, eu, ÁLVARO DÉNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epigrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	PREÇO TOTAL
GRANVEL GRANVILLE VEÍCULOS LTDA	01.680.956/0004-97	398,02
ONFORME PROPOSTA. É A DECISÃO, GABINETE I		10, PR, 08 DE

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 34/2018. Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 34/2018, eu, ÁLVARO DÉNIS CENI SCOLARO, Prefeito, tomo pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
T ENTRETENIMENTO LTDA ME	12.165.842/0001-82	5.300,00
CONFORME PROPOSTA. É À DECISÃO, GABINETE DO OUTUBRO DE 2018, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO P		NHO, PR, 08 DE

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2018. Tendo em vista o Paroce da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apararam o resultado do Processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n° 35/2018, eu, ÁLVARO DÉNIS CENIS COLARO, Prefeito, tomo pública a RATIFICAÇÃO do optocedimento em apligade e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL RS
ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA	05.063.653/0001-33	5,852,43

Espécie: Extrato do Contrato nº 329/2018. Contratante: Município de Chopinzínho. Contratada: Especia. Exidado un cumata in 1522-1527. Contrataria. Eximilipato de Orbiginalization, Comitadação de Comiganhão de Sameemento do Parantá Sanepar, CNPJ: 76.484.0130001-145. Objetor. Contratação de Empresa para os serviços de fornecimento de água, conservação e manutenção das redes a institumentos de medição de ligação prediale, segulamento sanálidar para os próprios Municipais e arrecadação de taxa de lizo dos municipes. Valor: RS 352.147.44 (trezentos e cinquienta e dois mil cento e quarreta e sete reasa e quarrenta e quatro centavos). Origem: insulgibilidade de Licitação nº 202/016. Fundamento Legat Lei 8.66939, Ant 25. Indisos II. Elementos de despesa: 817. 1118, 1980, 1981, 825, 1857, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 864, 1983, 1984, 1985, e 1986. Data da assinatura: 10/09/02/16. Assimam Maran Palaro Reina Centi Scotlaro no de Municípina a Bizardo Los Secrindas na la 10/09/02/16. Assimam Maran Palaro Reina Centi Scotlaro na de Municípina p. Bizardo Los Scotlaros de 10/09/02/16. Assimam Maran Palaro Reina Centi Scotlaro na de Municípina p. Bizardo Los Scotlarios de 10/09/02/16. Assimam Maran Palaro Reina Centi Scotlaro na de Municípina p. Bizardo Los Scotlaros de 10/09/02/16. Assimam Maran Palaro Reina Centi Scotlaro na de Municípina p. Bizardo Los Scotlaros de 10/09/02/16. Assimam Maran Palaro Reina Centi Scotlaro na de Municípina p. Bizardo Los Scotlaros de 10/09/02/16. Assimam Maran Palaro Reina Centi Scotlaros na del Municípina p. Bizardo Los Scotlaros de 10/09/02/16. Assimam Maran Palaros Reina Centi Scotlaros na del Municípina p. Bizardo Los Scotlaros na del Scotlaros na de 10/09/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Ricardo José Soavinski pela

Espécie: Extrato do Contrato 363/2018, Contratante: Município de Chopinzinho, Contratada: Granvel Granville Velocilos Ltda, CNR-2: 01.580,9560004-97. Objeto: Aquisição de Pepas e Serviços para Revisão Peródica de Veloulo Renault Logan Expression – Placa BBM-0851 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Valor Total: R\$ 388,02 (trezentos e noventa e oito reais e dois centavos), Origem: inexigibilitáde de Licitação 33/2018. Fundamento Legal: Lei 8,666/93. Artigo 25, inciso I. Elementos de despesa: 2009, 2011 e 2010. Data da assinatura. 08/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Joseti Antonio Melmberg, pela empresa.

Espécie: Extrato do Contrato nº 364/2018, Contratante: Município de Chopinzinho, Contratada: T Entretenimento Lida Me. CNPJ: 12.165.842/0001-82. Objeto: Contratação de Personagem para Apresentação de Stand-Up Comedy na Comemoração ao Dia dos Professores. Valor: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 34/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elementos de despesa: 2085. Data da assinatura: 08/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Leandro Mendes Martins, pela Empresa.

Espécie: Extrato do Contrato nº 365/2018. Contratante: Municipio de Chopinzinho. Contratada: Engepeças Equipamentos Litás. CNP.1: 05.063.653/0001-33. Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Revisão dos Equipamentos: Máquina Retroescavadeira. JOB 3CX Série 2674632 e Máquina Escavadeira Hidráulica JCB JS210 Série 2460584. Valor turba: R\$.56.943.4 (cinco mil oticoentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centaves). Origem: Inavigibilidade de Litilação 7 35/2018, Fundamento Legal: Lei 8.668/93. Artigo 25, inciso I. Elemento de despesa: 904. Data da assinatura: 08/10/2018. Assinam: Alvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Nivea Maria Guisso Guia, pela empresa

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 --mail: prefeitur@khopinzinko.pr.gov.br
fax (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242-8604 - Rua Miguel Procipio Kurpel, 3811
ro São Miguel 85560-000 - CHOPINZDNHO PARANÁ

CONVOCAÇÃO DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REVISÃO PLANO DIRETOR

A Prefeitura do Município de Chopinzinho, visando à revisão do Plano Diretor, convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Discussão Final da Revisão do PDM. com apresentação das Minutas de Leis: PDM - Plano Diretor Municipal, Parcelar do Solo Urbano, Sistema Vlário, Uso e Ocupação do Solo, Código de Posturas, Código de Obras e apresentação do PAI - Plano de Ação e Investimentos

A Audiência Pública será realizada no dia 29 de outubro de 2018, m sua instalação marcada para as 19h00m no Anfiteatro "David Rogos Schimidt" sito a Rua Frei Everaldo, nº 3435, CEP: 85,560-000 - Centro de Chopinzinho - PR.

Chopinzinho, 09 de outubro de 2018.

Equipe Técnica Municipal

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescento Coronel Vivida - Pr. EDITAL Nº 16/2018, DIVULGA a classificação preliminar para o cargo de educadora social substituta, conforme Edital 13/2018. "A publicação na íntegra do ato acima se encontra disponível no seguinte endereço eletrôni-co: http://www.diariooficialmunicipio.coronelvivida.pr.gov.br/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017 e suas alterações".

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato de Contrato Nº 2419/2018

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR Contratado: IN Natura Tecnologia e Soluções Ambientais Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.017.824/0001 - 90.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana do Município de Itapejara D'Oeste - PR, conforme descrito no Edital de Tomada de Preços Nº 027/2018.

Valor do Contrato: R\$ 12.035,00 (Doze mil e trinta e cinco reais). Vigência: De 09 (nove) de Outubro de 2018 a 09 (nove) de Fevereiro

Data do Contrato: 09 (nove) de Outubro de 2018.

ORAÇÃO DE FÉ

Senhor Deus, criador do céu e da terra. Poderoso é o Vosso nome, grande é a Vossa tcórdia. Em nome de Vosso Filho Jesus Cristo, recorro a Vés, neste momento, para podir bençãos para a minha vida. Que Vossa divina luz incida sobre mim. Com Vossas mãos retirai todo o mal, todos os problemas que ostejam ao meu redor. Que as forças negativas que me abatem o me entristecem se desfaçam ao sopro da Vossa benção. O Vosso poder strua todas as barreiras que impedem o meu progresso. E dos céus Vossas virtudes penetrem no meu ser, dando paz, saúde e prosperidade. Abra Senhor os meus caminhos que meus passos sojam dirigidos por Vós para que eu não tropece na caminhada da vida. Meu viver, meu lar e meu trabalho sejam por Vós abençoados. Entrego-me em Vossas mãos poderosas, na certeza que tudo vou alcunçar. Agradeço em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém.

Meu filho vai em paz, a tua fé te salvou! SF







0800 42-1000





www.princesadoscampos.com.br/prinex

A encomenda expressa do Paraná.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quarta-Feira, 10 de Outubro de 2018

Ano VII – Edição № 1710

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 34/2018.

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 34/2018, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
T ENTRETENIMENTO LTDA ME	12,165,842/0001-82	5.300.00

CONFORME PROPOSTA. É A DECISÃO. GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO. PR, 08 DE OUTUBRO DE 2018. ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO Prefeito

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quarta-Feira, 10 de Outubro de 2018

Ano VII - Edição № 1710

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Espécie: Extrato do Contrato nº 364/2018.

Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: T Entretenimento Ltda Me. CNPJ: 12.165.842/0001-82. Objeto: Contratação de Personagem para Apresentação de Stand-Up Comedy na Comemoração ao Dia dos Professores. Valor: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 34/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elementos de despesa: 2085. Data da assinatura: 08/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Leandro Mendes Martins, pela Empresa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 329-2018 - INEX 32-2018

Espécie: Extrato do Contrato nº 329/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar. CNPJ:76.484.013/0001-45. Objeto: Contratação de Empresa para os serviços de fornecimento de água, conservação e manutenção das redes e instrumentos de medição de ligação prediais, esgotamento sanitário para os próprios Municipais e arrecadação de taxa de lixo dos munícipes. Valor: R\$ 352.147,44(trezentos e cinqüenta e dois mil cento e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos). Origem: Inexigibilidadede Licitação nº 32/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Art. 25, Inciso II. Elementosde despesa: 817, 1118, 1980, 1981, 825, 1857, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 864, 1983, 1984, 1985, e 1986. Data da assinatura: 10/09/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Municípioe Ricardo José Soavinski pela Empresa.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:46ABD004

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 363-2018 - INEX 33-2018

Espécie: Extrato do Contrato 363/2018. Contratante: Município de opinzinho. Contratada: Granvel Granville Veículos Ltda.CNPJ: U1.680.956/0004-97. Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Revisão Periódica de Veículo Renault Logan Expression — Placa BBM-0851 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Valor Total: R\$ 398,02 (trezentos e noventa e oito reais e dois centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação 33/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Artigo 25, inciso I. Elementos de despesa: 2009, 2011 e 2010. Data da assinatura: 08/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Joseti Antonio Meimberg, pela empresa.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:6415E2D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 364-2018 - INEX 34-2018

Espécie: Extrato do Contrato nº 364/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: T Entretenimento Ltda Me. CNPJ: 12.165.842/0001-82. Objeto: Contratação de Personagem para Apresentação de Stand-Up Comedy na Comemoração ao Dia dos Professores. Valor: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 34/2018. Fundamento Legal: Lei 666/93. Elementos de despesa: 2085. Data da assinatura: 6/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Leandro Mendes Martins, pela Empresa.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:B79DB79C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 365-2018 - INEX 35-2018

Espécie: Extrato do Contrato nº 365/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Engepeças Equipamentos Ltda.CNPJ: 05.063.653/0001-33. Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para Revisão dos Equipamentos: Máquina Retroescavadeira JCB 3CX Série 2674632 e Máquina Escavadeira Hidráulica JCB JS210 Série 2460584. Valor total: R\$ 5.852,43 (cinco mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 35/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Artigo 25, inciso I. Elemento de despesa: 904. Data da assinatura: 08/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Nivea Maria Guisso Guia, pela empresa.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:4C54ED2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONVOCAÇÃO 5º AUDIÊNCIA

CONVOCAÇÃO DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

REVISÃO PLANO DIRETOR

A Prefeitura do Município de Chopinzinho, visando à revisão do Plano Diretor, convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Discussão Final da Revisão do PDM, com apresentação das Minutas de Leis :PDM— Plano Diretor Municipal ,Parcelamento do Solo Urbano, Sistema Viário, Uso e Ocupação do Solo, Código de Posturas, Códigode Obras e apresentação do PAI—Plano de Ação e Investimentos.

A Audiência Pública será realizada no dia 29 de outubro de 2018, com sua instalação marcada para as 19h00 m no Anfiteatro "David Rogos Schimidt" sito a Rua Frei Everaldo, n°3435, CEP:85.560-000- Centro de Chopinzinho–PR..

Chopinzinho,09 de outubro de 2018.

ETM

Equipe Técnica Municipal

Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:22A7D0C9

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DA PREFEITA PORTARIA Nº 529/2018

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e conforme solicitação do Processo Administrativo nº 25.781/2018;

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos à Servidora Pública Municipal Vera Lúcia Fabio dos Santos, matrícula nº 7896, a partir de 01 de Outubro de 2018, por um período de 02 (dois) anos, devendo após esse período retornar as suas atividades.

 Π – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se publicidade.

Paço Municipal de Colombo Em 08 de Outubro de 2018.

IZABETE CRISTINA PAVIN

Prefeita Municipal

Publicado por: Monica Aparecida Maciel Código Identificador:23F622A8

GABINETE DA PREFEITA EDITAL DE CUSTOS Nº 033/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA Departamento de Gestão Tributária Coordenação de Cadastro Econômico

Edital de Custos nº 033/2018
A Prefeitura Municipal de Col

A Prefeitura Municipal de Colombo, Estado do Paraná, torna pública através do presente Edital, os orçamentos e demais elementos relativos às obras de pavimentação asfáltica da Rua Monge Guido de Azevedo, numa extensão de 291,00 metros, situado no Bairro Guarani, neste Município, conforme Processo Administrativo n.º 13309/2016, esclarecendo que os valores especificados ensejam à cobrança de Contribuição de Melhoria, de acordo com a Lei nº.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO - INEX 33-2018

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 33/2018. Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e Parecer da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 332018, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	PRECO TOTAL
GRANVEL GRANVILLE VEÍCULOS LTDA	01.680.956/0004-97	398.02

CONFORME PROPOSTA. É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO Prefeito

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:E8385DEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO - INEX 34-2018

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 34/2018. Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 34/2018, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	Valor total R\$
T ENTRETENIMENTO LTDA ME	12.165.842/0001-82	5,300,00

CONFORME PROPOSTA. É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO Prefeito

> Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:19057B88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO CONTRATOS - PP86-2018

Extrato dos Pregão Presencial nº 86/2108. OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática e Aparelhos Tecnológicos. VIGÊNCIA: 13 meses. DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO: 30 diasElementos de despesas: 1772-812-805-1758-809-807-808. GESTOR: Gislaine Tânia Galeazzi. Partes: Município de Chopinzinho e: Contrato nº 366/2018 - FRANCESCON PRESENTES LTDA, Valor Total estimado R\$ 19.229,00. Contrato nº 367/2018 - FLC SUPRIMENTOS LTDA - ME, Valor Total estimado R\$ 60.000,00.

Chopinzinho-PR, 09 de outubro de 2018.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO Prefeito.

> Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:081D7889

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO - PP86-2018

HOMOLOGAÇÃOREF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 86/2018

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Item - Compras nº 86/2018, de 19/09/18, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total - RS
FRANCESCON PRESENTES LTDA.	19.229.00
FLC SUPRIMENTOS LTDA - ME	60,000,00
TOTAL HOMOLOGADO	79,229,00

Que apresentaram os Menores Preços por Item. Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato. É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 09/10/18.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:3196CA0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATOS CONTRATOS TP 16 2018

Espécie: Extrato do Contrato nº 368/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: ITALO BRASIL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA — ME.Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Infraestrutura para Implantação de Quadra de Areia Poliesportiva e Construção de Calçadas Junto ao Parque do Lago.Valor total: R\$ 100.947,37.Origem: Tomada de Preços nº 16/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elementos de despesa: 1608. Datada assinatura: 10/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e João Clodoaldo Martins, pela Empresa.

Espécie: Extrato do Contrato nº 369/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: LC Marçol – Serviços Profissionais EIRELI – ME.Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Infraestrutura para Implantação de Quadra de Areia Poliesportiva e Construção de Calçadas Junto ao Parque do Lago. Valor total: R\$ 29.925,00.Origem: Tomada de Preços nº 16/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elementos de despesa: 1608. Datada assinatura: 10/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Luiz Carlos Marçol, pela Empresa.

Espécie: Extrato do Contrato nº 370/2018. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: VALDECIR SAUL CRISTOFEL EIRELI — ME.Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Infraestrutura para Implantação de Quadra de Areia Poliesportiva e Construção de Calçadas Junto ao Parque do Lago. Valor total: R\$ 24.264,52. Origem: Tomada de Preços nº 16/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Elementos de despesa: 1608. Datada assinatura: 10/10/2018. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Valdecir Saul Cristofel, pela Empresa.

Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:9DB24A9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP 16-2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS nº 16/2018

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços, tipo Menor Preço Item - Serviços, nº 16/2018, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas: